

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – *CAMPUS* DE CACOAL
Departamento do Curso de Direito

**DANO MORAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO, ASPECTOS GERAIS,
PRESCRIÇÃO E COMPETÊNCIA**

Jucimar Lopes Curbani

Cacoal-RO
2007

JUCIMAR LOPES CURBANI

**DANO MORAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO, ASPECTOS GERAIS,
PRESCRIÇÃO E COMPETÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Rondônia – *Campus*
de Cacoal como requisito parcial para obtenção
de grau de bacharel em Direito sob orientação
do professor Ms. Gilson Tetsuo Miyakava.

Cacoal-RO
2007

JUCIMAR LOPES CURBANI

DANO MORAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO, ASPECTOS GERAIS,
PRESCRIÇÃO E COMPETÊNCIA

1º Avaliador	Nota
2º Avaliador	Nota
3º Avaliador	Nota
Média	

O homem se humilha
Se castram seus sonhos
Seu sonho é sua vida
Sua vida é o trabalho
E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
Sem sua honra
Se morre
Se mata...

Gonzaguinha

Agradeço ao professor orientador Ms. Gilson Tetsuo Miyakava, o qual contribuiu na realização da pesquisa com ampla dedicação e conhecimento, demonstrando assim o interesse em colaborar com a formação acadêmica de seu orientando.

RESUMO

CURBANI, Jucimar Lopes, Dano Moral na Justiça Do Trabalho, Aspectos Gerais, Prescrição e Competência, 84 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal. 2007.

O estudo desenvolvido busca analisar o instituto do dano moral ocorrido no âmbito de competência da Justiça Laboral, pois não se pode olvidar que o ambiente de trabalho é um campo fértil a gerar conflitos que lesam os direitos da personalidade assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil. A análise visa açambarcar a origem do instituto do dano moral, ocorrido geralmente nas relações de trabalho, que por força da Emenda Constitucional n. 45/2004, estão sob a competência da Justiça do Trabalho. O direito de ter o dano moral reparado depende da observância do prazo prescricional, sendo relevante estabelecer qual prazo prescricional deve ser aplicado, pois a doutrina se diverge entre o prazo civil e o do crédito trabalhista. A competência para julgar o dano moral ocorrido nas relações de emprego estava sendo firmada pela jurisprudência em favor da Justiça do Trabalho, porém em decorrência da expressão relação de trabalho trazida pela Emenda Constitucional n. 45/2004, novas interpretações dos tribunais estão vindo à baila, trazendo novos caminhos quanto à competência para julgar o dano moral. Portanto, com as recentes alterações nas normas constitucionais, coube à doutrina e jurisprudência brasileiras traçar os entendimentos quanto às novas questões envolvendo o dano moral ocorrido na relação de trabalho, contudo, por várias vezes, se apresentam divergentes entre si, necessitando analisar as várias correntes que buscam apresentar soluções às dúvidas surgidas pelos estudiosos e profissionais do direito.

Palavras-chave: Dano Moral. Prescrição. Competência. Trabalho.

ABSTRACT

CURBANI, Jucimar Lopes, Dano Moral na Justiça Do Trabalho, Aspectos Gerais, Prescrição e Competência, 84 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal. 2007.

The developed study try to analyze the institute of the damage moral occurred in the scope of competence of Job's Justice, therefore it can not forget that the job is an environment camp to generate conflicts that injure the rights of the personality assured by the Constitution of the Federative Republic of Brazil. The analysis aims to approach the origin of the institute of the damage moral, occurred generally in the job's relations that for force of Amendment Constitutional N. 45/2004, are the ability of the Job's Justice. The right to have the repaired the damage moral depends on the observance of the prescricional time, being relevant to establish which prescricional time must be applied, therefore the doctrine diverges between the civil time and of the working credit. The ability to judge the damage moral in the employment's relationships was being firmed by the jurisprudence in favor of Job's Justice, however in result of the expression of relation of job brought by the Amendment Constitutional N. 45/2004, new interpretations of the courts are coming to bringing new ways of how to judge the damage moral. Therefore, with the recent alterations in the constitutional rules, it fit to the Brazilian doctrine and jurisprudence to trace the agreements of how the new questions involving the damage moral occurred in the job's relation, however, for many time presents divergent between itself, needing to analyze the some theories that search to present solutions to the doubts appeared for and the professional ones of the Law.

Key words: Damage moral. Ability. Job.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PRECEDENTES HISTÓRICOS.....	14
2.1 CÓDIGO DE HAMURABI.....	14
2.2 CÓDIGO DE MANU.....	15
2.3 AS LEIS DAS XII TÁBUAS.....	16
2.4 A BÍBLIA SAGRADA.....	16
2.5 GRÉCIA.....	17
2.6 DIREITO ROMANO.....	17
2.7 EVOLUÇÃO HISTÓRICO-LEGISLATIVA DO DANO MORAL NO DIREITO BRASILEIRO.....	18
2.7.1 Das correntes doutrinárias acerca da reparabilidade dos danos morais.....	18
2.7.1.1 Corrente negativista.....	18
2.7.1.2 Corrente mista ou limitativa.....	19
2.7.1.3 Corrente positivista.....	20
2.7.2 Do Brasil Colonial à Constituição Federal de 1988.....	20
3. DANO MORAL, MATERIAL E ESTÉTICO E SUAS RELAÇÕES COM O DIREITO DO TRABALHO.....	24
3.1 DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	24
3.2 CONCEITOS DE DANO MORAL, MATERIAL E ESTÉTICO.....	27
3.2.1 Conceito de dano moral.....	27
3.2.2 Conceito de dano material.....	29
3.2.3 Conceito de dano estético.....	30
3.3 DANO MORAL TRABALHISTA.....	32
3.3.1 Ocorrência do Dano Moral Trabalhista.....	33
3.3.1.1 Controles audiovisuais.....	33
3.3.1.2 Revista pessoal.....	35
3.3.1.3 Aspectos extralaborais.....	36
3.3.1.4 Assédio sexual.....	38
3.3.1.5 Rebaixamento funcional.....	38
4. COMPETÊNCIA DO DANO MORAL TRABALHISTA.....	40
4.1 RELAÇÃO DE TRABALHO.....	41

4.1.1 Relação jurídica.....	42
4.1.2 Relação de trabalho e possíveis conflitos abarcados pela Justiça Laboral.....	43
4.2 COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR O DANO MORAL TRABALHISTA.....	45
4.3 DA COMPETÊNCIA PARA JULGAR O DANO MORAL TRABALHISTA DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO.....	48
4.3.1 Conceito de acidente de trabalho.....	48
4.3.2 Do imbróglio jurisprudencial acerca do acidente de trabalho.....	50
5 PRESCRIÇÃO DO DANO MORAL NA JUSTIÇA LABORAL.....	57
5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRESCRIÇÃO E A DECADÊNCIA.....	57
5.1.1 Conceito e fundamentos da prescrição.....	58
5.1.2 Requisitos da prescrição.....	59
5.1.3 Diferença entre prescrição e decadência.....	60
5.2 A PRESCRIÇÃO DO DANO MORAL TRABALHISTA.....	61
5.2.1 Da corrente que entende ser aplicável a prescrição trabalhista.....	62
5.2.2 Da corrente que entende ser aplicável a prescrição instituída no Código Civil.....	64
5.2.3 Da atual jurisprudência do TST.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	79

1. INTRODUÇÃO

A palavra dano deriva do latim *damnum*, que expressa a idéia de estrago, prejuízo. Inicialmente, o conceito se restringiu ao aspecto patrimonial, sem fazer referência ao aspecto moral, pois prevalecia a tese da irreparabilidade do dano moral. Atualmente, com a prevalência do entendimento pela reparação do dano moral, a conceituação de dano passou a ser mais abrangente, abrangendo tanto o dano material, como o dano não material.

É fato que quanto à palavra dano, a idéia inicial (estrago, prejuízo) permaneceu inalterada no tempo. Diferentemente, a noção de moral sempre variou no tempo e espaço, pois seu conceito envolve questão de valores, que se alteram conforme mudanças na estrutura política, social e econômica. Dessa forma, para se analisar se houve ofensa à dignidade do indivíduo, deve-se levar em consideração o que a sociedade estabelece como valor moral, para assim, dar efetiva proteção jurisdicional aos direitos lesados.

A vida em sociedade exige a interação entre os indivíduos, sendo certo que o relacionamento entre as pessoas deveria ocorrer da forma mais harmoniosa possível, com respeito aos direitos de todos. Todavia, é cediço que todos estão sujeitos a causar ou sofrer um dano moral. Se na vida em sociedade, de uma forma geral, podem ocorrer contendas, na relação de trabalho não poderia ser diferente, sendo o ambiente de trabalho um campo fértil para surgirem conflitos, sendo certo que isso se dá pelo fato de que aqui há uma relação de desigualdade e subordinação existente entre a força de trabalho e a parte detentora de capital.

No presente estudo é abordado o dano moral na relação de trabalho, sendo que, dada a amplitude desse instituto, restringiu-se às questões controvertidas, jurisprudencial e doutrinárias, envolvendo a competência e prescrição.

O dano à moral atinge os direitos da personalidade, sendo tais direitos imprescritíveis em seu exercício, porém a inércia dos titulares, que têm esses direitos lesados, em acionar a tutela do Poder Judiciário, leva a perda do direito da ação, gerando assim, a prescrição e possível perda do direito de indenização. Igualmente, a competência para processar e julgar o dano moral trabalhista é caso a ser observado cautelosamente para que haja proteção jurisdicional, evitando-se assim, que o Juiz incompetente pronuncie a incompetência absoluta, tornando-se nulos os atos decisórios e, por fim, envie os autos ao Juiz competente.

Para abordar tais questões controvertidas foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, com o método de raciocínio dedutivo e comparativo, empregando doutrinas, leis e jurisprudências. Inicialmente, tornou-se necessário a elaboração de dois capítulos que tratam do dano moral em caráter geral. Assim, em um primeiro momento, apresenta-se sobre os precedentes históricos do dano moral, apontando inicialmente as civilizações existentes antes de Cristo, chegando à evolução histórico-legislativa do dano moral no direito brasileiro, sem deixar de abordar as correntes doutrinárias acerca da reparabilidade dos danos morais. Em momento posterior, expõe-se sobre dano moral, material e estético e suas relações com o direito do trabalho, abordando inclusive a questão da responsabilidade civil, bem como as hipóteses, não exaustivas, em que o dano moral trabalhista pode ocorrer.

Em seguida, passa-se a enfrentar as questões referentes à competência e prescrição, as quais não encontram eco unânime da doutrina e jurisprudência nacionais.

Quanto à prescrição a ser aplicada ao dano moral trabalhista, há na doutrina e na jurisprudência acentuada divergência. Há entendimentos pugnando pela aplicação do prazo prescricional trabalhista (art. 7º, inc. XXIX da Constituição Federal de 1988). Outros entendem que o prazo a ser aplicado é o instituído pelo Código Civil. E, mesmo dentre este que apóiam a prescrição civil, há divergências sobre qual prazo civil a ser aplicado, seria o de 3 anos (art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil) ou o de 10 anos (art. 205 do Código Civil)?

Tormentosa também é a questão da competência para processar e julgar as ações por dano moral oriundo da relação de trabalho, pois, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, surgiram posicionamentos conflitantes sobre qual seria a Justiça competente, a Justiça do Trabalho ou a Justiça Comum?

No decorrer da década de 90, se solidificou o entendimento em favor da competência da Justiça Obreira para julgar o dano moral trabalhista, entretanto, o mesmo não ocorreu quando tais danos fossem oriundos de acidente de trabalho. Nova celeuma se instalou quanto ao dano moral decorrente de acidente no labor, a qual se acirrou ainda mais quando da edição da Emenda Constitucional 45/2004.

Qual seria a Justiça competente para decidir sobre os danos decorrentes de acidente advindo no âmago empresarial? O Supremo Tribunal Federal se posicionou pela competência da Justiça Comum. Diferentemente, o Tribunal Superior do Trabalho atribui à especializada a análise de tais questões.

Ante o imbróglio doutrinário e jurisprudencial acima mencionado, objetiva-se analisar o instituto do dano moral ocorrido na relação de trabalho em seus aspectos mais polêmicos, quais sejam, o prazo prescricional a ser aplicado e a competência para processar e julgar as decorrentes ações. Para tanto, visa-se especificar as teses doutrinárias e jurisprudenciais divergentes em relação ao tema, apresentando suas respectivas fundamentações, para, por fim, poder averiguar qual tese está prevalecendo nas decisões dos tribunais superiores.

De fato, a ocorrência de decisões conflitantes sobre uma mesma situação causa certa insegurança jurídica, afrontando o ideal de justiça. Se nas relações jurídicas em geral, eventuais decisões contraditórias geram um sentimento de injustiça aos jurisdicionados, nas relações de trabalho, tal ocorre de modo mais efetivo, pois está a se referir à dignidade do trabalhador. Assim, é imperioso aos futuros operadores do direito buscar através de estudos e pesquisas o melhor entendimento referente prescrição e competência para julgar o dano moral trabalhista, questões jurídicas essas que influem substancialmente na vida do trabalhador brasileiro, bem como na sua estrutura familiar, social e financeira.

2. PRECEDENTES HISTÓRICOS

A aceitação ampla sobre a reparação dos danos morais se encontra razoavelmente pacificada nas legislações contemporâneas, mas tal aceitação ocorreu há pouco tempo, apesar de já existirem registros históricos muito antigos que aparavam algumas dessas pretensões¹. De suma importância é apresentar a História da reparação das violações aos direitos personalíssimos das pessoas, para assim, abordar esse tema na atual doutrina, legislação e jurisprudência brasileiras.

Dentro desse contexto, apresenta-se, a partir de agora, alguns institutos jurídicos que foram consolidados ao longo do tempo, os quais revelaram, exatamente, os precedentes históricos da reparação dos danos morais.

2.1 CÓDIGO DE HAMURABI

Veit Valetim *apud* Rodolfo Pamplona Filho, assim expõe sobre essa antiga lei: o “Código de Hamurabi foi o primeiro na história em que predominam idéias claras sobre direito e economia”.²

Refere-se a um código surgido na Mesopotâmia no período compreendido entre 1792 - 1750 A.C., onde se apresentava como princípio fundamental a seguinte idéia: “o forte não prejudicará o fraco”. Também foram expressos nesse código, dispositivos que asseguravam

¹ PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **O dano moral na relação de emprego**. 2ª. ed. São Paulo: LTr, 1999, p. 44.

² PAMPLONA FILHO, Rodolfo, *op. cit.*

uma reparação equivalente à lesão sofrida, consoante pode se ver nos parágrafos 196, 197 e 200 do Código:

§ 196. Se um awilum destruir um olho de um awilum destruirão seu olho.

§ 197. Se quebrou o osso de um awilum: quebrarão seu osso.

§ 200. Se um awilum arrancou um dente de um awilum igual a ele arrancarão o seu dente.³

Nota-se com os parágrafos expostos acima, que ali vigorava o axioma primitivo, “olho por olho, dente por dente”, constituindo uma forma de reparação equivalente do dano, onde as ofensas pessoais eram reparadas à custa de ofensas idênticas.

Porém, não havia no Código somente a reparação equivalente à ofensa, existindo ainda, a reparação pecuniária do dano. Essa reparação trazia a noção inicial de aplicação de penalidade, mas também está presente a idéia de compensação econômica, satisfazendo os danos extrapatrimoniais sofridos pelo lesado.

2.2 CÓDIGO DE MANU

Manu Vaivasvata, na mitologia hindu, foi o homem que sistematizou as leis sociais e religiosas do Hinduísmo. Apesar da existência histórica de Manu ser discutível, o importante é que o “Código de Manu” até os dias de hoje interfere na sociedade indiana, pois ali o Hinduísmo ainda é a principal religião.

Com relação à reparação de danos, esse Código teve relevante avanço em relação ao de Hamurabi, pois a reparação era estabelecida em valor pecuniário apenas, não se aplicando violência física, que estimulava nova reprimenda física, gerando daí um ciclo vicioso de agressões⁴.

³ PAMPLONA FILHO, Rodolfo, *op. cit.*, p. 14.

⁴ MORAES, Gardênia Borges. **Dano moral nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2003, p. 44.

2.3 AS LEIS DAS XII TÁBUAS

As Leis das XII Tábuas foram redigidas entre os anos 303 e 304 d.C, trazendo em seus registros a reparação do dano de forma ampla e genérica, pois em um de seus dispositivos determinava que: “Se alguém causa um dano premeditadamente, que o repare”⁵.

Ante esse dispositivo, está claro que no tocante à reparação do dano, por ter se referido de maneira genérica, que aí se encontram inclusos o dano moral e sua respectiva reparação. Dessa forma, nota-se que mesmo naquele tempo, há aproximadamente 1.700 anos, era difícil entrever no dano ao corpo humano apenas uma lesão patrimonial.

2.4 A BÍBLIA SAGRADA

No Livro Sagrado dos cristãos, mais especificamente no Antigo Testamento, é possível encontrar a reparação dos danos morais, inclusive em pecúnia, como se pode observar no livro de Deuteronômio:

¹³ Se um homem, depois de ter desposado uma mulher e a ter conhecido, vier a aborrecê-la, e, imputando-lhe faltas desonrosas, se puser a difamá-la, dizendo: Desposei esta mulher, e, ao aproximar-me dela, descobri que ela não era virgem, então o pai e a mãe da donzela tomarão as provas de sua virgindade e as apresentarão aos anciãos da cidade, à porta. O pai dirá aos anciãos: Dei minha filha por mulher a este homem, mas porque ele lhe tem aversão, eis que agora lhe imputa falsas desonrosas, pretendendo não ter encontrado nela as marcas da virgindade de minha filha. E estenderão diante dos anciãos da cidade a veste de sua filha. E os anciãos da cidade tomarão aquele homem e fã-lo-ão castigar, imputando-lhe, além [sic] disso, uma multa de cem ciclos de prata, que eles darão ao pai da jovem em reparação da calúnia levantada contra uma virgem de Israel, e a terá por mulher, e não poderá repudia-la durante o tempo da sua vida. (Deuteronômio, 22: 13-19).⁶

Nota-se com o texto exposto acima, que mesmo naquele tempo, havia a devida tutela à honra, sendo a ofensa a esta reparada por meio de indenização pecuniária e, nesse caso específico, ainda o ofensor era coagido a jamais se divorciar.

⁵ SANCHES, Gislene A. **Dano moral e suas implicações no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1997, p. 13.

⁶ ZENUM, Augusto. **Dano moral e sua reparação**. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 13.

2.5 GRÉCIA

Nessa civilização que, diga-se de passagem, desempenhou papel fundamental na formação da cultura ocidental, foram constituídas leis que proporcionavam ao cidadão a precisa proteção jurídica, estabelecendo a reparação do dano por meio pecuniário. Júlio Bernado Campo informa que:

Na Grécia, a Odisséia de Homero – rapsódia oitava, versos de 266 a 367 – pinta os gritos retumbantes de Hefesto, o marido enganado, que surpreendera no próprio leito a infiel Afrodite e o formoso Ares, a provocar uma assembléia de deuses, que, entendendo aos reclamos do coxo ferreiro, decretaram, a seu favor, o pagamento por Ares, de pesada multa.⁷

A civilização grega, com sua inquestionável contribuição à História do homem, expôs célebre sistema jurídico, que teve reflexos, inclusive, na Teoria Geral do Estado. Não se pode esquecer, que essa civilização ainda influenciou o surgimento de uma legislação de grande conteúdo político-filosófico, qual seja, a da antiga Roma.

2.6 DIREITO ROMANO

A reparação pecuniária de danos era amplamente utilizada entre os romanos, não somente para reparar danos patrimoniais, mas também para os danos morais, haja vista que havia franca preocupação com a honra das pessoas.

Os romanos, que fossem vítimas de injúria, podiam utilizar a ação pretoriana denominada de *injuriarum aestimatoria*. Com essa ação, buscava-se a reparação do dano sofrido através de prestação pecuniária, prudentemente arbitrada pelo juiz após analisar as circunstâncias do caso concreto⁸.

Os objetivos dessa ação, reparar e proteger os interesses da vítima, foram expressos nos seguintes trechos da Tábua VII da Lei das XII Tábuas:

§ 1º Se um quadrúpede causa dano, que o seu proprietário indenize o valor desses danos ou abandone o animal ao prejudicado.

⁷ CAMPO, Bernado *apud* PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **O dano moral na relação de emprego**. 2ª. ed. São Paulo: LTr, 1999, p. 44.

⁸ SANCHES, Gislene A, *op. cit.*, p. 16.

§ 2º Se alguém causa um dano premeditadamente, que o repare.⁹

Com relação ao § 2º, este deve ser interpretado açambarcando a reparação dos danos morais, pois os romanos não questionavam a que título o dano era intentado, mas tão somente se este efetivamente ocorreu, o que por sua vez geraria a obrigação de reparar.

2.7 EVOLUÇÃO HISTÓRICO-LEGISLATIVA DO DANO MORAL NO DIREITO BRASILEIRO

A evolução do dano moral no direito brasileiro seguiu as controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais surgidas nos diferentes países do mundo. Houve, nesse tempo, os defensores das três correntes: a negativista, a limitativa ou mista e a positivista. Contudo, é certo que essa disparidade de opiniões foi encerrada face ao advento da Constituição Federal de 1988.

2.7.1 Das correntes doutrinárias acerca da reparabilidade dos danos morais

Diversas são as posições doutrinárias acerca da reparabilidade dos danos morais, podendo ser divididas nas três correntes citadas acima, ou seja, a negativista, a limitativa ou mista e a positivista. A primeira defendia a irreparabilidade dos danos extrapatrimoniais; a segunda apenas a aceitava em determinados casos; e a terceira, a admitia de forma ampla.

2.7.1.1 Corrente Negativista

A corrente negativista tinha como principal argumento “a impossibilidade de atribuir-se preço a dor”. Existem outros argumentos que podem ser elencados pela doutrina que negava a reparabilidade dos danos morais. Tais argumentos serão expostos a seguir, sendo apresentadas as suas respectivas contestações.

Um dos argumentos da Corrente Negativista consiste na falta de um efeito penoso durável, justificando que os efeitos danosos de cunho moral eram sempre passageiros, sendo por isso, inconciliável com o conceito de dano. Vê-se que esse argumento não procede, pois existem danos materiais passageiros e danos morais que duram a vida toda.

⁹ SANCHES, Gislene A, *op. cit.*, p. 16.

A indeterminação do número de pessoas lesadas também era usada como justificativa por essa corrente. Porém, se isso fosse justificativa para não indenizar, também não se poderiam indenizar os interesses difusos e, logicamente, estes são plenamente reparáveis.

Outra justificativa era a impossibilidade de avaliação em dinheiro dos danos extrapatrimoniais. Todavia, embora exista certa dificuldade em avaliá-los, o que se busca não é um preço pela dor sofrida, mas sim uma compensação que amenize o dano sofrido.

Ainda usava-se como argumento a imoralidade de compensar a dor com dinheiro. Entretanto, mais imoral seria deixar de reparar a dor sofrida pelo ser.

Desarrazoado o argumento que informava ser concedido demasiado arbítrio ao Juiz quando da mensuração do dano moral, pois o arbítrio sempre existe, em maior ou menor grau, sendo certo que arbítrio não significa irresponsabilidade por parte do magistrado.

A derradeira objeção consiste na impossibilidade jurídica de admitir-se a reparação de danos morais; não obstante, deve-se observar que os bens de natureza moral também fazem parte do patrimônio do indivíduo, e cabe ao Estado de direito a sua ampla tutela.

2.7.1.2 Corrente mista ou limitativa

A corrente limitativa se divide basicamente em três grupos. Existiam aqueles que entendiam que o dano moral somente era reparável quando fosse reflexo de danos materiais. Um segundo grupo afirmava que tais danos eram reparáveis apenas em hipóteses previstas em lei e, por derradeiro, havia aqueles que só admitiam a reparação de danos morais decorrentes de infrações criminais¹⁰.

Ressalta-se que todas as justificativas dessa corrente, visando restringir a reparação dos danos extrapatrimoniais, vão de encontro à vontade do homem de se ver ressarcido de todos os efeitos danosos perpetrados contra si, contrariando, ainda, a ordem social de um Estado de Direito.

¹⁰ MORAES, Gardênia Borges, *op. cit.*, p. 15.

2.7.1.3 Corrente positivista

A última corrente admite a plena reparabilidade dos danos morais. Na atualidade, a doutrina encontra-se praticamente pacificada em entender que existindo um dano, este deve ser reparado, seja ele de ordem material ou moral.

2.7.2 Do Brasil Colonial à Constituição Federal de 1988

Na época do Brasil Colonial, quando vigia as Ordenações do Reino de Portugal, não existia qualquer regra expressa quanto à reparabilidade do dano moral.

Foi com o advento do Código Civil Brasileiro de 1916, trazendo em seu bojo dispositivos que despertaram a atenção dos estudiosos do direito quanto à reparação do dano moral, que se abriu um caminho para a evolução doutrinária e jurisprudencial no sentido de se indenizar o dano moral.

Com a vigência do referido Código, surgiram os primeiros defensores da reparabilidade dos danos morais. E, devido aos dispositivos insculpidos naquele código, não serem expressamente claros quanto à reparação dos danos morais, nasceram os entendimentos díspares quanto a tal reparação.

Houve divergências entre os estudiosos ante a redação do art. 159 desse diploma legal, *in verbis*:

Art. 159. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano.¹¹

Alguns defendiam que devido à abrangência do art. 159 desse diploma legal, ali estava inclusa, a autorização para a integral indenização dos danos morais. Essa tese foi rebatida pelos que entendiam que, ante o dispositivo não fazer alusão expressa aos danos extrapatrimoniais, não havia base jurídica para indenização de tais danos.

¹¹ BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Regula os direitos e obrigações de ordem privada concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações. Rio de Janeiro, 1º de Janeiro de 1916; 95º da Independência e 28º da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 03.06.06.

Também foi alvo, visando justificar a reparação dos danos extrapatrimoniais, o art. 76 da legislação em comento, ao estabelecer, *in verbis*, que:

Art. 76. Para propor, ou contestar uma ação, é necessário ter legítimo interesse econômico, ou moral.¹² (grifo nosso)

Assim, face à palavra moral inclusa nesse dispositivo, estaria para alguns, justificada a reparação do dano moral. Outros, contestando essa tese, afirmavam que tal dispositivo era de ordem processual, não justificando a reparação daqueles danos.

Existiram, ainda, aqueles que entendiam que a reparação dos danos extrapatrimoniais estava condicionada aos casos expressos no ordenamento jurídico. Na vigência do Código Civil de 1916, foram promulgadas diversas leis especiais que traziam em seu bojo dispositivos acerca da reparação do dano moral, e, esse fato, fez com que essa corrente restritiva crescesse consideravelmente¹³. Tais leis especiais são: o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n. 4.177, de 27.08.1972), o Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 15.07.1965), Lei de Imprensa (Lei n. 5.250, de 09.02.1967) e a Lei dos Direitos Autorais (Lei n. 5.988, de 14.12.1973).

Apesar das vozes discordantes, prevaleceu, inicialmente, a reparabilidade do dano moral apenas em casos expressos em leis especiais ou no Código Civil. Do mesmo modo também se firmou a jurisprudência pátria naquela época, se posicionando por essa tese restritiva da ressarcibilidade dos danos extrapatrimoniais.¹⁴

Foi tão somente com a promulgação da Constituição da Republica Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, que se firmou a tese da ampla reparabilidade do dano moral no direito brasileiro, tendo a matéria sido elevada à categoria de Cláusulas Pétrias. Assim, na atual Carta Magna, foi previsto expressamente sobre a reparação dos danos extrapatrimoniais, conforme os incisos V e X do art. 5º, *in verbis*:

¹² BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Regula os direitos e obrigações de ordem privada concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações. Rio de Janeiro, 1º de Janeiro de 1916; 95º da Independência e 28º da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 04.06.06.

¹³ PAMPLONA FILHO, Rodolfo, *op. cit.*, p. 14.

¹⁴ MORAES, Gardênia Borges, *op. cit.*, p. 15.

Art. 5º [...]

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a [sic] indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;¹⁵

Posteriormente, surgiram outras leis infraconstitucionais trazendo em seus dispositivos casos específicos sobre ressarcimento dessa espécie de dano, dentre as quais pode-se citar o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 11.09.1990, art. 6º, inciso VI e VII ¹⁶) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13.0.1990 ¹⁷).

Com a vigência da atual Constituição Federal, o Superior Tribunal de Justiça se posicionou corroborando com a plena reparabilidade dos danos morais editando a Súmula n. 37, que expõe: “São cumuláveis as indenizações por dano material e moral oriundos do mesmo fato”¹⁸.

Esse conspícuo Tribunal, se manifestando na forma acima referida, acabou por aceitar o reconhecimento do dano extrapatrimonial independentemente da configuração do dano patrimonial, pois, interpretando a referida súmula, chega-se à conclusão que uma vez admitida a cumulação, admite-se também a existência de forma autônoma do dano moral.

Nesse momento, faz-se necessário expor, que as hipóteses previstas na Constituição são meramente exemplificativas. E é dessa forma se expressa Caio Mário da Silva Pereira a respeito desse assunto:

[...] A enumeração é meramente exemplificativa, sendo lícito à jurisprudência e à lei ordinária aditar outros casos. Aludindo a determinados direitos, a Constituição

¹⁵ BRASIL. Constituição Federal - Código Civil – Código de Processo Civil. Organizador Yussef Said Cahali. 9. ed. ver. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2007.

¹⁶ Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos; VII – o acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vista à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados [...].

¹⁷ Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: [...] II - obrigação de reparar o dano; [...]

Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

¹⁸ BRASIL. Constituição Federal – Consolidação das Leis do Trabalho – Legislação Trabalhista e Previdenciária. Organizador Nelson Mannrich. 6. ed. rer. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2005.

estabeleceu o mínimo. Não se trata, obviamente, de ‘*numerus clausus*’, ou enumeração taxativa. Esses, mencionados nas alíneas constitucionais, não são os únicos direitos cuja violação sujeita o agente a reparar. Não podem ser reduzidos, por via legislativa, porque inscritos na Constituição. Podem, contudo, ser ampliados pela legislatura ordinária, como podem ainda receber extensão por via de interpretação. [...].¹⁹

Por fim, fica evidenciado que a Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1988, veio como um divisor de águas quanto à questão da reparação dos danos extrapatrimoniais. Antes da Magna Carta, os entendimentos da doutrina e jurisprudência eram divididos quanto à reparação desses danos, tendo a jurisprudência se firmado na época pelo reconhecimento do dano moral somente em casos expressamente previstos na legislação. Posteriormente à promulgação desta, a admissibilidade do dano moral passou a ser matéria pacífica na doutrina e nos tribunais, sendo amplo o reconhecimento dos danos extrapatrimoniais, até mesmo sendo reconhecidos sem necessitar de qualquer relação com os danos materiais.

¹⁹ PEREIRA, Caio Mário da Silva *apud* MORAES, Gardênia Borges. **Dano moral nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2003, p. 61.

3. DANO MORAL, MATERIAL E ESTÉTICO E SUAS RELAÇÕES COM O DIREITO DO TRABALHO

O convívio social necessita de uma interação pacífica entre seus membros, havendo entre os indivíduos um respeito mútuo de seus direitos. Entretanto, quando surgem no meio social, comportamentos que não estão de acordo com as regras impostas pelo grupo social, faz despertar a reação no sentido de restabelecimento da harmonia no convívio. Assim brota a responsabilidade, que é a obrigação de reparar o dano causado a terceiro em consequência de uma conduta ativa ou omissiva, qualificada como ato antijurídico.

Dependendo das consequências dos atos ilícitos, estes podem receber diferentes qualificações. Assim, quando o interesse violado representar ofensa grave à normalidade social, restará configurado um ilícito penal que resulta na responsabilidade criminal, a qual não é objeto do presente trabalho. Porém, quando for de menor magnitude a ofensa social, onde são atingidos apenas relações e interesses privados, estará caracterizado o ilícito civil, com consequente responsabilidade civil.²⁰

3.1 DA RESPONSABILIDADE CIVIL

O ato ilícito consiste na infração a um dever que resulta dano para outrem²¹. Esse dever pode ser legal ou contratual.

²⁰ MORAES, Gardênia Borges, *op. cit.*, p. 15.

²¹ RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. V. 1. Parte Geral. 32ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 308.

Descumprir um dever contratual implica em um ilícito contratual, que impõe ao inadimplente a obrigação de reparar o dano causado. Trata-se da responsabilidade contratual regulada pelo art. 389 do Código Civil:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.²²

É comum ocorrer o ilícito fora do contrato, onde o indivíduo não infringe uma norma contratual, mas sim uma legal e, atuando com dolo ou culpa, viola um preceito de conduta de que resulta prejuízo para outrem. Refere-se a uma responsabilidade extracontratual, ou aquiliana, que tem fundamento no art. 186 do Código Civil:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar o direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.²³

Para a caracterização da responsabilidade aquiliana e, conseqüentemente, do dever de indenizar, necessário se faz a ocorrência dos seguintes pressupostos: existência de dano; ação ou omissão do agente; relação de causalidade; dolo ou culpa do agente. Caso não se configure algum desses pressupostos, em regra, não surgirá o dever de indenizar.

Para a caracterização da responsabilidade civil, é indispensável, primeiramente, que exista um dano efetivo a um bem ou interesse jurídico. Além disso, tal dano deve ser oriundo de uma atitude ativa ou passiva de um indivíduo, ou de outrem ou de coisas sobre sua guarda, nos casos em que a legislação assim o determina, excluindo-se aí os danos decorrentes de caso fortuito ou força maior. Mister se faz, ainda, que entre a atitude do agente e o dano causado, exista uma relação de causalidade. Por derradeiro, para configuração da responsabilidade civil, imperioso que o agente do dano tenha agido com dolo ou culpa.

Esse último pressuposto exige uma maior atenção, isso porque o elemento culpa se apresenta como um divisor de águas entre as chamadas responsabilidades subjetiva e objetiva.

²² BRASIL. Constituição Federal - Código Civil – Código de Processo Civil. Organizador Yussef Said Cahali. 9. ed. ver. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2007.

²³ *Idem*.

A responsabilidade subjetiva está vinculada à ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, ou seja, exige-se a ocorrência de culpa por parte do agente para que seja responsabilizado civilmente.

Já na responsabilidade objetiva não é necessário o elemento culpa, bastando a configuração do dano e nexo causal para surgir o dever de indenizar.

O Código Civil Brasileiro (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002) trouxe dispositivos enunciando tanto a responsabilidade subjetiva quanto a objetiva.

A responsabilidade objetiva é expressa no parágrafo único do art. 927:

Art. 927. [...] Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para o direito de outrem.²⁴

Os artigos 927 *caput*, 186, 187 fazem referência à responsabilidade subjetiva:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar o direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos costumes.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.²⁵

Ressalta-se, por derradeiro, que a regra é a aplicação da responsabilidade subjetiva no âmbito da responsabilidade extracontratual. A responsabilidade objetiva ou responsabilidade sem culpa somente pode, a princípio, ser aplicada em casos previstos na legislação, ou quando existir risco na atividade desenvolvida pelo autor. Assim, em caso de omissão do legislador quanto ao assunto, deverá ser aplicado a responsabilidade subjetiva. Frisa-se, que em casos excepcionais, o juiz poderá utilizar a responsabilidade objetiva com fulcro no parágrafo único do artigo 927 do corrente Código Civil, porém, como informado, essa aplicação apenas pode ocorrer em casos extraordinários, pois a regra no direito brasileiro é a aplicação da responsabilidade subjetiva.

²⁴ BRASIL. Constituição Federal - Código Civil – Código de Processo Civil. Organizador Yussef Said Cahali. 9. ed. ver. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2007.

²⁵ *Idem*.

3.2 CONCEITOS DE DANO MORAL, MATERIAL E ESTÉTICO

A palavra dano deriva do latim *damnum*, que expressa a noção de prejuízo, estrago deterioração. Dessa forma, o dano em sentido amplo abrange todo e qualquer prejuízo patrimonial e não patrimonial. Assim se expressa Rodolfo Pamplona Filho quanto à expressão “dano”: “Propondo, portanto, o nosso conceito jurídico-doutrinário de dano, o encaramos como a lesão ou prejuízo que sofre uma pessoa, em seus bens vitais naturais – não patrimoniais – ou em seu patrimônio valorado economicamente.”²⁶

Destarte, pode-se perceber que o dano pode ser dividido em moral, material e estético.

3.2.1 Conceito de dano moral

O mundo atual se beneficia com o progresso tecnológico, com a industrialização crescente, modernização dos meios de comunicação, influenciando consideravelmente na economia, política e interação social do mundo globalizado. Entretanto, tal progresso não encerra apenas benefícios, pois é crescente também a ofensa aos direitos inerentes à pessoa humana, que por vezes sofrem ofensa aos seus direitos não-materiais.

A vida contemporânea assiste à proliferação de tecnologias, à multiplicação das possibilidades de relacionamentos e negócios. Esse mesmo progresso tecnológico que permite avanços nos processos de produção e facilidades nas comunicações, possibilitando a integração dos indivíduos no chamado “mundo globalizado”, concomitantemente, produz invasões e danos na esfera jurídica das pessoas antes não imaginados.

Não se afirma aqui que as possibilidades de ataque e lesão às esferas não patrimoniais dos indivíduos são privilégios do mundo contemporâneo. Todavia, hoje, o ritmo mais acelerado do avanço da ciência e as incontáveis potencialidades da inteligência humana multiplicam as possibilidades de danificar as esferas jurídicas, tanto dos indivíduos quanto das coletividades. [...].²⁷

Conquanto seja notório que o dano moral é aquele suscetível de ser determinado monetariamente, tal afirmação não esgota o seu conceito.

Os indivíduos, desde a sua concepção, têm direitos assegurados pelo ordenamento jurídico. Entretanto, é do nascimento com vida que passa a ser capaz de direito, o que significa capacidade de ser sujeito e titular de direitos e obrigações na ordem civil, bem como,

²⁶ PAMPLONA FILHO, Rodolfo, *op. cit.*, p. 14.

²⁷ MORAES, Gardênia Borges, *op. cit.*, p. 15.

de ser sujeito em relações jurídicas. Portanto, adquire direitos da personalidade (direito à moral, à honra, à imagem, ao nome, etc.). Estes, inerentes à pessoa humana e, assim, a ela ligados de maneira perpétua e permanente.

Pela importância do assunto, tratamos de reproduzir alguns conceitos de dano moral, indicados por respeitáveis autores.

Segundo Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho:

O dano moral consiste na lesão de direitos cujo conteúdo não é pecuniário, nem comercialmente redutível a dinheiro. Em outras palavras, podemos afirmar que o dano moral é aquele que lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos da personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente.²⁸

Yussef Said Cahali o afirma como “[...] tudo aquilo que molesta gravemente a alma humana, ferindo-lhe gravemente os valores fundamentais inerentes à personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado [...]”²⁹.

Como se observa, tais conceitos indicam sempre relação com dor interior ou ofensa à imagem social, ou seja, como o indivíduo é visto pela sociedade.

O ilustre mestre, Walmir Oliveira da Costa, estabeleceu o conceito de dano moral a partir da distinção deste com o dano material:

Há distinção entre o dano moral e dano material. O dano moral é aquele que atinge o ser humano em seus valores mais íntimos, causando-lhe lesões em seu patrimônio imaterial, como a honra, a boa fama, a dignidade, o nome etc., bens esses que, em sua essência, isto é, considerados em si mesmos (do ponto de vista ontológico), não são suscetíveis de aferição econômica, mas, sim, seus efeitos ou reflexos na esfera lesada. O dano material, ao contrário, lesa bens corpóreos que são suscetíveis de valoração pecuniária.³⁰

Usando tal forma de conceituação, torna-se fácil a separação de dano material e moral: no primeiro, as seqüelas da lesão pertencem à esfera econômica, e no segundo, as seqüelas têm cunho moral ou espiritual.

²⁸ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. V. III. Responsabilidade Civil. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 63.

²⁹ CAHALI, Yussef Said *apud* MORAES, Gardênia Borges. **Dano moral nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2003, p. 30.

³⁰ COSTA, Walmir Oliveira da. **Dano moral nas relações laborais**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2004, p. 33.

Nessa mesma linha de conceituação, pode-se definir os danos morais como:

“[...] os danos em razão da esfera da subjetividade, ou do plano valorativo da pessoa na sociedade, em que repercute o fato violador, havendo, portanto, como tais aqueles que atingem os aspectos mais íntimos da personalidade (o da intimidade e da consideração pessoal), ou o da própria valoração da pessoa no meio em que vive e atua (o da reputação ou da consideração social)”.³¹

Assim, nota-se que se tratam de danos sobre a esfera da subjetividade do sujeito titular de direitos.

3.2.2 Conceito de dano material

Ao se falar em direitos da personalidade, está a se referir aos valores intrínsecos do indivíduo, os quais compõem seu patrimônio imaterial.

No entanto, a pessoa humana também é possuidora de valores extrínsecos que compõem seu patrimônio material, sendo este o conjunto de bens e direitos suscetíveis de valor econômico.

O dano patrimonial compreende todos os efeitos pecuniários, abrangendo assim o dano emergente e o lucro cessante. Sobre o assunto assim se manifestou Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho:

O dano patrimonial traduz lesão aos bens e direitos economicamente apreciáveis do seu titular. Assim ocorre quando sofremos um dano em nossa casa ou em nosso veículo.

Já advertimos, outrossim, seguindo a moderna tendência de despatrimonialização do direito civil, que outros bens, personalíssimos, também podem ser atingidos, gerando, assim, a responsabilidade civil do infrator.

Ainda, porém, no que tange especificamente ao dano patrimonial ou material, convém o analisarmos sob dois aspectos:

- a) o dano emergente – correspondente ao efetivo prejuízo experimentado pela vítima, ou seja, “o que ela perdeu”;
- b) os lucros cessantes – correspondentes àquilo que a vítima deixou razoavelmente de lucrar por força do dano, ou seja, “o que ela não ganhou”.³²

³¹ BITTAR, Carlos Alberto *apud* MORAES, Gardênia Borges. **Dano moral nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2003, p. 32.

³² GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo, *op. cit.*, p. 28.

Dessa forma, nota-se o que o dano patrimonial ofende a esfera jurídica da pessoa em seu aspecto econômico, diferentemente do dano moral que causa prejuízo no aspecto físico-psíquico.

3.2.3 Conceito de Dano Estético

A conceituação de dano estético não encontra eco unânime na doutrina nacional. Há entendimento que se trata do mesmo dano moral, não se admitindo cumulação com este. De outra sorte, existem doutrinadores que entendem que o dano estético está incluído no dano moral, mas com a possibilidade de cumulação daquele com este, isso quando houver causas inconfundíveis e possibilidade de apuração em separado.

No entendimento de Nereida Veloso Silva:

O dano estético não atinge apenas a vaidade, mas a própria auto-estima do indivíduo, termina além da ofensa física: ofende a integridade humana. Exatamente por isso está intimamente ligado aos direitos inerentes à pessoa: é a lesão a um direito de personalidade.

É preciso lembrar que o dano estético não passa de uma lesão a um direito de personalidade, visto que ofende à integridade física e moral. Dessa forma, está perfeitamente enquadrado no art. 5º, inciso X, da Carta Magna vigente, a qual prevê a indenização dos direitos da personalidade através de uma reparação moral e/ou patrimonial.³³

Assim, Nereida Veloso Silva, ao afirmar que o dano estético é uma lesão que deve ter reparação moral ou material, acabou por asseverar a tese da não cumulabilidade do dano moral com dano estético.

Sensato para aqueles que acreditam ser o dano estético espécie do dano moral é não concordar com a referida cumulação, porque, ao se reconhecer o dano estético como parte integrante do dano moral, admite-se que são danos que possuem algo em comum, sendo, portanto, ressarcíveis por causas iguais.

Assim, de acordo com esse entendimento, o juiz, ao adentrar a cumulação do dano estético com o dano moral, estaria indenizando duplamente a mesma ofensa, ou seja, estaria contribuindo para o fenômeno do *bis in idem*, já que o ressarcimento pelo dano moral envolve também a ofensa à lesão estética.³⁴

Teresa Ancona Lopez, tomando como ponto básico o sofrimento moral que o dano estético acarreta, afirma que a lesão estética sempre é um dano moral, podendo, simultaneamente, resultar em dano patrimonial caso haja prejuízo material. Mas, para ela não

³³ SILVA, Nereida Veloso. **Dano estético**. São Paulo: LTr, 2004, p. 22.

³⁴ SILVA, Nereida Veloso, *op. cit.*

há como se falar em prejuízo estético que também não seja prejuízo moral, pois a lesão à integridade física deixa a pessoa menos feliz do que era antes.

Nas palavras de Teresa Ancona Lopez:

O dano estético é sempre uma espécie de dano moral e, na maioria das vezes, concomitantemente, também dano material, mas, se dele somente advierem prejuízos de ordem econômica, fala-se em ofensa passageira à estética pessoal ou em dano estético transitório.³⁵

Apesar, da ilustre autora dizer que dano estético é sempre uma espécie de dano moral, seu entendimento é pela cumulação do dano estético com o dano moral. Assim, torna-se necessária a seguinte indagação:

Como aceitar essa cumulação, se dano estético também é dano moral?

Tereza Ancona Lopez explica que o dano deformante à integridade física não é igual a qualquer outro tipo de dano moral; é a mais grave e mais violenta das lesões à pessoa, porque, além de gerar sofrimento pela transformação física (dano moral objetivo), gera um outro dano moral, que ao primeiro se soma, que é o dano moral à imagem social. Assim se manifestou a ilustre autora:

Não é possível, mas principalmente justa, a cumulação do dano estético com o dano moral por serem dois tipos diferentes de danos morais à pessoa, ou seja, atingem bens jurídicos diferentes. **O dano estético (dano físico) é dano moral objetivo que ofende um dos direitos da personalidade, o direito à integridade física.** Não precisa ser provado, é o *damnum in re ipsa*. O sofrimento e a dor integram esse tipo de dano. **O dano moral é o dano à imagem social, à nova dificuldade na vida de relação, o complexo de inferioridade na convivência humana.**

Sem dúvida, há no dano estético a destruição da integridade do corpo, e com isso a modificação para pior da antiga aparência física (imagem) da sua vítima. O sofrimento é duplo e por isso pede indenização dupla (grifos nossos).³⁶

Desse modo, admite-se a cumulação do dano estético (dano físico) com o dano moral (psíquico), que, embora provenientes do mesmo fato ilícito, são de ordens diferentes: um puramente psíquico, outro visível.

³⁵ LOPEZ, Teresa Ancona. **O dano estético**. 3ª ed. São Paulo: RT, 2002, p. 55.

³⁶ LOPEZ, Teresa Ancona, *op. cit.*

Não obstante a existência de divergência doutrinária quanto à referida cumulação, a jurisprudência atual do Supremo Tribunal de Justiça se mostra pacífica em admiti-la:

CIVIL. DANOS ESTÉTICOS E MORAIS. CUMULAÇÃO. Os danos estéticos devem ser indenizados independentemente do ressarcimento dos danos morais, sempre que tiverem causa autônoma. Recurso especial conhecido e provido em parte.³⁷

RESPONSABILIDADE CIVIL. CUMULAÇÃO. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. POSSIBILIDADE. FIXAÇÃO EM VALOR ÚNICO. Na esteira dos precedentes desta Corte, admite-se a cumulação de indenização por danos morais e estéticos oriundos do mesmo fato, o que não é afastado em hipóteses como a dos autos, em que, a despeito de ter sido estipulado um valor único, levou-se em consideração as duas espécies de dano. Recurso especial não conhecido.³⁸

3.3 DANO MORAL TRABALHISTA

O Direito, responsável em reger as relações derivadas do meio social, deve estabelecer conjunto de direitos e deveres dos indivíduos que permite a convivência social.

Dentre as várias relações asseguradas pelo direito encontram-se as relações de trabalho e, especialmente, as relações existentes entre empregado e empregador. Se na sociedade em geral é comum surgir contendas, nas relações de trabalho essa possibilidade é ainda mais efetiva. Isto se deve pela relação de desigualdade existente entre as partes da relação de trabalho, onde uma parte se apresenta detentora de capital e a outra da força de trabalho, gerando assim, uma subordinação entre estas. Tal relação de subordinação não poderia passar despercebida ao Direito, ficando a este, o dever de buscar a igualdade entre as partes.

Pela importância do assunto, tratamos de reproduzir a seguinte lição de Horácio de La Fuente:

O trabalhador deve cumprir pessoalmente a principal prestação a seu cargo, e, em geral, não de forma ocasional, como ocorre nos outros contratos, mas permanentemente, incorporando-se a uma organização alheia com a obrigação de realizar suas tarefas em lugar e condições determinadas, submetido a todo momento

³⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 3ª Turma. Civil. REsp 251719 / SP. Recurso Especial. Recorrente: Argeu Aparecido Ricci. Recorrido: Pires Serviços de Segurança LTDA. Relator: Ministro Ari Pargendler. Brasília, 25 de outubro de 2005. Disponível em: <<https://ww2.stj.gov.br/revistaelectronica/ita.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

³⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. 4ª Turma. Civil. REsp 662659/ DF. Recurso Especial. Recorrente: Sebastião Francisco Camargo. Recorrido: Viação São Cristóvão LTDA. Relator: Ministro Cesar Asfor Rocha. Brasília, 16 de agosto de 2005. Disponível em: <<https://ww2.stj.gov.br/revistaelectronica/ita.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

às faculdades de direção e disciplinares que a lei reconhece ao empregador. Isto quer dizer que enquanto “nas contratações privadas” se acham normalmente em jogo valores econômicos e como exceção podem ser afetados bens pessoais dos contratantes, geralmente de forma indireta, no contrato de trabalho o trabalhador, pela situação de dependência pessoal em que se encontra, arrisca permanentemente seus bens pessoais mais valiosos (vida, integridade física, honra, dignidade, etc.).³⁹

3.3.1 Ocorrência do Dano Moral Trabalhista

No direito do Trabalho o dano moral pode ocorrer nas fases pré-contratual (nas negociações que antecedem a relação de emprego), contratual (ocorre durante a execução da relação de emprego) e pós-contratual (no momento de extinção da relação de emprego ou nos momentos posteriores).⁴⁰

Em nosso ordenamento jurídico não há norma específica indicando os casos em que ocorre o dano moral trabalhista. E, mesmo se existisse, não seria possível açambarcar todas as hipóteses em que tais podem ocorrer. Dessa forma, partindo-se do amparo constitucional, cabe à doutrina e à jurisprudência o dever de adaptá-lo aos casos da vida cotidiana.

A luz do exposto, apresentamos de forma não-exaustiva as seguintes hipóteses:

3.3.1.1 Controles audiovisuais

A tecnologia está presente em nosso meio social, e de outro modo não poderia ser no ambiente do trabalho. Citam-se como exemplos dos avanços tecnológicos, as microcâmeras e os circuitos internos de televisão, destinados à supervisão da atividade desenvolvida pelo trabalhador.

Não consta em nosso ordenamento jurídico impedimento quanto à utilização desses equipamentos, pois é permitido ao empregador, em consequência do seu poder de direção, a vigilância da prestação de serviços, até mesmo por meio desses aparelhos. Todavia, tal direito de direção não se mostra ilimitado, sendo assim, não é dado ao empregador ultrapassar o limite do controle produtivo, atingindo as esferas privadas do empregado.

³⁹ FUENTE, Horácio de La *apud* MORAES, Gardênia Borges. **Dano moral nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2003, p. 74.

⁴⁰ COSTA, Walmir Oliveira da, *op. cit.*, p. 28.

É a opinião de Gardênia Borges Morais:

Dessa forma, se o objetivo da instalação dos aparelhos audiovisuais é o acompanhamento do processo de produção, não devem eles estender-se à totalidade do estabelecimento, devendo restringir-se aos locais onde o trabalho é desenvolvido. Se se objetiva, por outro lado, a segurança do estabelecimento, o equipamento deve ficar limitado às áreas de acesso. Em qualquer hipótese, todavia, é inadmissível a sua instalação em áreas destinadas ao descanso ou ao uso exclusivo do empregado, como é o caso dos banheiros; e, ademais, não pode ser realizado sem o conhecimento dos empregados.⁴¹

Por fim, salienta-se que o empregador também pode exercer a fiscalização sobre a internet e o e-mail, desde que estes sirvam para o desempenho do serviço. Assim, estando o empregado ciente que o uso de tais recursos destinam-se exclusivamente aos assuntos da empresa, não haverá invasão de sua privacidade pela fiscalização do empregador, nem tão pouco tal fiscalização caracterizará prova ilícita. Inclusive, caso haja uso indevido pelo trabalhador, poderá ocorrer a rescisão do contrato de trabalho por justa causa. Contudo, se houver autorização para que os empregados valham-se de tais meios para assuntos particulares, deverá ser respeitada a intimidade daqueles.

Reforçando esse entendimento, apresenta-se a jurisprudência do TRT da 10ª Região:

EMENTA: JUSTA CAUSA. E-MAIL. PROVA PRODUZIDA POR MEIO ILÍCITO. NÃO-OCORRÊNCIA. Quando o empregado comete um ato de improbidade ou mesmo um delito utilizando-se do e-mail da empresa, esta em regra, responde solidariamente pelo ato praticado por aquele. Sob este prisma, podemos então constatar o quão grave e delicada é esta questão, que demanda a apreciação jurídica dos profissionais do Direito. Enquadrando tal situação à Consolidação das Leis do Trabalho, verifica-se que **tal conduta é absolutamente imprópria, podendo configurar justa causa para a rescisão contratual**, dependendo do caso e da gravidade do ato praticado. **Considerando que os equipamentos de informática são disponibilizados pelas empresas aos seus funcionários com a finalidade única de atender às suas atividades laborativas, o controle do e-mail apresenta-se como a forma mais eficaz, não somente de proteção ao sigilo profissional, como de evitar o mau uso do sistema internet que atenta contra a moral e os bons costumes**, podendo causar à empresa prejuízos de larga monta. (grifos nossos)⁴²

⁴¹ MORAES, Gardênia Borges, *op cit.*, p. 15.

⁴² DISTRITO FEDERAL; TOCANTINS. Tribunal Regional Trabalho, Região 10. Trabalhista. RO 0504/2002. Recorrente: HSBC Seguros Brasil S^a. Recorrido: Omitido. Relatora: Juíza Márcia Mazoni Cúrcio Ribeiro. Brasília (DF), 26 de junho de 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3337>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

3.3.1.2 Revista pessoal

O empregador, por sofrer riscos em sua atividade econômica, deve buscar a proteção de seu patrimônio. Dessa forma, a doutrina e jurisprudência nacionais tendem ao consentimento da realização da revista.

Rodolfo Pamplona Filho, posicionando-se pela aceitação da revista, assim se manifestou: “a determinação de revista pessoal de todos os empregados, indistintamente, pode ser considerada lícita, pois decorrente do poder de fiscalização do empregador, que, por sofrer os riscos da atividade econômica, deve buscar a salvaguarda de seu patrimônio”.⁴³

O célebre autor, continuando sua exposição sobre a revista pessoal, indicou as seguintes sugestões para sua aplicação sem ferir a esfera extrapatrimonial dos empregados:

Primeiro, que todos os trabalhadores devam ter conhecimento da praxe do uso da revista pelo empregador.

Segundo, que a revista seja impessoal, vale dizer, dirigida a todos os empregados, evitando a parcialidade e perseguições pelos prepostos da empresa.

Terceiro, que na empresa exista uma comissão paritária de representantes de empregados e empregadores para organizar a revista dos empregados.

Quarto, que o empregado tenha conhecimento de que será vigiado durante a prestação dos serviços mediante aparelhos audiovisuais e mecânicos.

Quinto, que haja uma regulamentação em normas coletivas, ordenando a fiscalização dos empregados.⁴⁴

Apesar da maioria da doutrina e jurisprudência nacionais apontarem para a aceitação da revista, há autores que recriam tal procedimento, podendo-se citar, respectivamente, Sandra Lia Simon e Walmir Oliveira da Costa.

Ainda que, no Brasil, esse seja o entendimento doutrinário e jurisprudencial predominante, parece difícil acreditar que, nos dias de hoje, com a grande evolução tecnológica, não exista outra forma de controle sobre os produtos que saem furtivamente da empresa. Ainda que não existissem essas formas – o que, repita-se, é bastante questionável –, há meios, previstos na legislação criminal, de se apurar a autoria de delitos como furto, e o empregador deve, portanto, lançar mão desses meios. [...] Percebe-se, portanto, que se trata de forma muito simplista e acomodada de o empresário defender o seu patrimônio. E é, indiscutivelmente, atentatória à dignidade da pessoa humana do trabalhador.⁴⁵

⁴³ PAMPLONA FILHO, Rodolfo, *op. cit.*, p. 14.

⁴⁴ PAMPLONA FILHO, Rodolfo, *op. cit.*, p. 14.

⁴⁵ SÍMON, Sandra Lia *apud* MORAES, Gardênia Borges. **Dano moral nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2003, p. 93.

Na hipótese de revista pessoal poderá revelar-se o dano moral, [...] quando tal instrumento de controle e defesa do patrimônio do empregador venha a causar menoscabo à proteção da intimidade do empregado, mormente o do sexo feminino, na entrada ou na saída do serviço, já que o estado de subordinação não o reduz à condição inferior.⁴⁶

Nesse momento, faz-se necessário expor o art. 373-A, inciso VI, da Consolidação das Leis do Trabalho, o qual textualiza:

Art. 373A. Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é vedado:

[...]

VI - proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.⁴⁷

Apesar desse dispositivo apresentar, a priori, uma proteção à dignidade do obreiro, nota-se que tal proteção é dirigida apenas à empregada, ferindo, em tese, o princípio da igualdade previsto no art. 5^a caput e inc. I da CF. E assim se posiciona Gardênia Borges Morais:

Com respeito ao art. 373-A, VI, da Consolidação das Leis do Trabalho, introduzido pela Lei n. 9.799, de 26 de maio de 1999, que proíbe sejam procedidas as revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias, pode-se afirmar que, por um lado, apresenta-se como um avanço no sentido da existência de regulamentação expressa a respeito do assunto, mas, por outro lado, não deixa claro o sentido da expressão “íntima”, o que pode dar azo a diversas interpretações, além de, referindo-se expressamente à vedação das revistas em mulheres, parece apresentar-se como ofensora do princípio da igualdade.⁴⁸

3.3.1.3 Aspectos extralaborais

Existem situações nas relações de trabalho que apresentam determinados limites, os quais, uma vez ultrapassados, invadem ilicitamente a intimidade e a vida privada do trabalhador, gerando assim o dano moral trabalhista. Trata-se da ação patronal que extrapola os limites do local de trabalho, interferindo na vida do empregado fora de seu ambiente de trabalho.

⁴⁶ COSTA, Walmir Oliveira da, *op cit.*, p. 28.

⁴⁷ BRASIL. Lei nº 9.799, de 26 de maio de 1999. Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências. Brasília, 26 de maio de 1999; 178º da Independência e 111º da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 13.01.07.

⁴⁸ MORAES, Gardênia Borges, *op. cit.*, p. 15.

Dessa forma, inexistente autorização para que o empregador proceda a investigações na vida privada do empregado, com o fito de averiguar seu relacionamento com a família, com os amigos, sua forma de lazer, ou seja, investigar sua conduta extralaboral.

Importante ressaltar que a Lei n. 9.029, de 13 de maio de 1995 tratou de reger atos discriminatórios, tanto para efeitos admissionais, como para efeito da permanência da relação de emprego. Em seus três primeiros artigos, a referida norma dispõe:

Art. 1º Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 2º Constituem crime as seguintes práticas discriminatórias:

I - a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez;

II - a adoção de quaisquer medidas, de iniciativa do empregador, que configurem;

a) indução ou instigamento à esterilização genética;

b) promoção do controle de natalidade, assim não considerado o oferecimento de serviços e de aconselhamento ou planejamento familiar, realizados através de instituições públicas ou privadas, submetidas às normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Pena: detenção de um a dois anos e multa.

Parágrafo único. São sujeitos ativos dos crimes a que se refere este artigo:

I - a pessoa física empregadora;

II - o representante legal do empregador, como definido na legislação trabalhista;

III - o dirigente, direto ou por delegação, de órgãos públicos e entidades das administrações públicas direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 3º Sem prejuízo do prescrito no artigo anterior, as infrações do disposto nesta lei são passíveis das seguintes cominações:

I - multa administrativa de dez vezes o valor do maior salário pago pelo empregador, elevado em cinquenta por cento em caso de reincidência;

II - proibição de obter empréstimo ou financiamento junto a instituições financeiras oficiais.⁴⁹

Como se observa, são tipificadas algumas condutas como atos ilícitos criminais, com pena correspondente (artº. 2º), e ainda, são previstas sanções administrativas aos lesantes (artº. 3º). De qualquer sorte, são atos reconhecidamente ilícitos, sendo amplamente admitido que o ofendido pleiteie reparação pelo dano moral suportado.

⁴⁹ BRASIL. Lei nº 9.029, de 13 de maio de 1995. Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. Brasília, 13 de abril de 1995; 174º da Independência e 107º da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22.01.07, 21:29.

3.3.1.4 Assédio sexual

Sabe-se que em uma relação de trabalho, geralmente, existi um convívio entre colegas, nada impedindo que dali surja relacionamentos amorosos espontâneos, com vontade livre do casal em se relacionar. Porém, pode ocorrer que não haja correspondência por uma das partes, vindo esta a sofrer os efeitos da insistência da outra.

Caso esta circunstância se dê entre trabalhadores de nível hierárquico diferente e/ou entre empregador e empregado, em que uma das pessoas tem o poder de decidir sobre a permanência ou não da outra no emprego ou de influir nas promoções ou na carreira da mesma, caracterizado estará o assédio sexual, se a conduta do assediante ultrapassar os limites da razoabilidade, traduzindo-se em pressões ou ameaças – explícitas ou implícitas – com o objetivo evidente de obter os favores sexuais do assediado.⁵⁰

Neste momento, deve-se esclarecer que normalmente é o homem que figura como assediador da mulher, sendo esta a vítima mais comum neste tipo de situação, entretanto, atento ao direito da igualdade, não se pode desprezar a hipótese da mulher assediando o homem, pois não há de prosperar a discriminação no direito das pessoas de viverem sua sexualidade com total liberdade, com livre escolha de parceiros e oportunidades.

3.3.1.5 Rebaixamento funcional

Preceitua o art. 468 da CLT:

Art. 468 - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

Parágrafo único - Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.⁵¹

Assim, as alterações unilaterais do contrato de trabalho, onde o empregado passa a exercer atividades de caráter inferior às anteriormente desempenhadas por ele, são vedadas por lei, inclusive, autoriza a rescisão contratual, conforme preceitua o art. 483, alínea “e” da CLT, in verbis:

⁵⁰ PAMPLONA FILHO, Rodolfo, *op. cit.*, p. 14.

⁵¹ BRASIL. Constituição Federal – Consolidação das Leis do Trabalho – Legislação Trabalhista e Previdenciária. Organizador Nelson Mannrich. 6. ed. rer. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2005.

Art. 483 - O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

[...]

e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;⁵²

Sobre essa hipótese de rescisão, indicada no dispositivo acima exposto, assim se manifestou Rodolfo Pamplona Filho:

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo consolidado, a hipótese de rebaixamento funcional do empregado é inadmissível no direito trabalhista brasileiro, podendo gerar inclusive, possibilidade de despedida indireta (art. 483, “e”).⁵³

⁵² BRASIL. Constituição Federal – Consolidação das Leis do Trabalho – Legislação Trabalhista e Previdenciária. Organizador Nelson Mannrich. 6. ed. rer. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2005.

⁵³ PAMPLONA FILHO, Rodolfo, *op. cit.*, p. 14.

4. COMPETÊNCIA DO DANO MORAL TRABALHISTA

A jurisdição, como salienta Renato Saraiva “[...] consiste no poder/dever do Estado de prestar a tutela jurisdicional a todo aquele que tenha uma pretensão resistida por outrem, aplicando a regra jurídica à celeuma”⁵⁴. Humberto Theodoro Júnior qualifica jurisdição como “a função do Estado de declarar e realizar, de forma prática, a vontade da lei diante de uma situação jurídica controvertida”⁵⁵.

Portanto, a Jurisdição é una e indivisível, pois está na mão do Estado.

A competência refere-se “[...] ao fracionamento da jurisdição, com divisão de trabalhos delegados a cada órgão do poder estatal encarregado da solução dos conflitos de interesse”⁵⁶. Assim, todo juiz se encontra investido de jurisdição, contudo apenas um magistrado se mostrará competente para desatar determinada ação em concreto.

Ao analisar a Constituição da República Federativa do Brasil em seus artigos 92, inciso IV e 111, vislumbra-se que os tribunais e juízes do trabalho compõem uma jurisdição especial a que se outorgou competência material especial para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 114, inciso I), bem como as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho (art. 114, inciso VI).

⁵⁴ SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Método, 2005, p. 70.

⁵⁵ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 74.

⁵⁶ MONTENEGRO FILHO, Misael. **Processual civil para concursos públicos**. São Paulo: Método, 2006, p. 70.

Como exposto acima, a Justiça Laboral tem competência material para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, também chamada de competência em relação da matéria.

Segundo Sérgio Pinto Martins “a competência em razão da matéria (*ex ratione materiae*) vai dizer respeito aos tipos de questões que podem ser suscitadas na Justiça Laboral, envolvendo a apreciação de determinada matéria trabalhista”.⁵⁷

Tal competência é absoluta, prevalecendo o interesse público em detrimento ao interesse privado e, diferentemente do que ocorre na competência relativa, não é suscetível de sofrer modificação pelas partes e pode ser reconhecida de ofício pelo magistrado.

Nesta linha de abordagem, irá se demonstrar a competência para a solução de controvérsias advindas do dano moral ocorrido na relação de trabalho e, em especial, em decorrência de acidente de trabalho, sendo necessário primeiramente expor sobre o sentido da expressão “relação de trabalho”, haja vista que o inciso VI do art 114 dispõe sobre o dano moral ocorrido na **relação de trabalho**.

4.1 RELAÇÃO DE TRABALHO

A primeira parte do art. 114 da CF/88, recentemente alterado pela EC 45/2004, é o ponto central da nova competência da Justiça do Trabalho. O inciso I do referido artigo traz a expressão “ações oriundas da relação de trabalho” que, na acepção de Antônio Álvares da Silva, significa dizer: “havendo prestações de trabalho em reciprocidade, e desta prestação nascendo uma ação (pretensão juridicamente acionável), será a controvérsia decidida pela Justiça do Trabalho”⁵⁸.

Antes da EC 45/2004, o artigo 114 da CF preceituava:

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do

⁵⁷ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 117.

⁵⁸ SILVA, Antônio Álvares da. **Pequeno tratado da nova competência trabalhista**. São Paulo: LTr, 2005, p. 68.

Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.⁵⁹

Com o advento da referida emenda constitucional, o art. 114 passou a textualizar:

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I - as ações oriundas da **relação de trabalho**, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

[...]

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da **relação de trabalho**; (grifo nosso)⁶⁰

Assim, torna-se necessário precisar a expressão “ações oriundas da relação de trabalho”, fixando primeiramente o conceito de relação jurídica. Em um segundo momento, passa-se a tarefa de expor sobre a relação de trabalho, apresentando os possíveis conflitos abarcados pela nova competência.

4.1.1 Relação Jurídica

A relação jurídica é “uma relação da vida, regulada pelo direito”⁶¹, ou seja, é uma relação entre pessoas que, ao receber regulamentação pelo Direito, adquire uma característica própria: a exigibilidade coercitiva, passível de aplicação de pena quando o comportamento é violado.

Haverá relação jurídica de trabalho sempre que houver uma relação entre duas ou mais pessoas que se vinculam pelo fator trabalho, sendo que o trabalhador o presta em favor de outrem.

Na lição de Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena:

Para que o trabalho seja objeto de uma relação jurídica, torna-se indispensável que seja trabalho por conta alheia. A relação jurídica supõe um objeto, que vincula as partes, como centro de deveres jurídicos e de direitos subjetivos. Tomando como

⁵⁹ BRASIL. Constituição Federal – Código de Processo Penal – Código Penal. Organizador Luiz Flávio Gomes. 5. ed. rer. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2003.

⁶⁰ BRASIL. Constituição Federal - Código Civil – Código de Processo Civil. Organizador Yussef Said Cahali. 9. ed. ver. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2007.

⁶¹ SILVA, Antônio Álvares da, *op. cit.*, p. 41.

objeto, a ordem jurídica situa-se como o centro da relação, de que se extraem e se asseguram eficácias.⁶²

4.1.2 Relação de trabalho e possíveis conflitos abarcados pela Justiça Laboral

A relação de trabalho quando apresenta os elementos dos artigos 2º e 3º da CLT⁶³, constitui-se em relação de trabalho subordinado, que fundamenta o contrato de emprego. Diferentemente, se há prestação de trabalho sem os referidos elementos, tem-se a relação de trabalho, em sentido amplo, que se desdobra em diferentes relações jurídicas, com reflexo nos vários ramos da Ciência do Direito.

É preciso o ensinamento de Renato Saraiva sobre o assunto, fixando o conceito de relação de trabalho, bem como suas modalidades:

Relação de trabalho corresponde a qualquer vínculo jurídico por meio do qual uma pessoa natural executa obra ou serviços para outrem, mediante o pagamento de uma contraprestação.

Podemos afirmar, portanto, que a relação de trabalho é gênero da qual a relação de emprego é espécie. Em outras palavras, toda relação de emprego corresponde a uma relação de trabalho, mas nem toda relação de trabalho corresponde a uma relação de emprego.

Quando se fala, portanto, em relação de trabalho, incluem-se a relação de trabalho autônomo, eventual, avulso, voluntário, estágio e a relação de trabalho institucional.⁶⁴

Corroborando com o entendimento acima, Maurício Godinho Delgado pronuncia-se desse modo:

A Ciência do Direito enxerga clara distinção entre relação de trabalho e relação de emprego.

⁶² COUTINHO, Grijalbo Fernandes; FAVA, Marcos Neves (Coord.). **Justiça do Trabalho: Competência Ampliada**. São Paulo: LTr, 2005, p. 499.

⁶³ Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º - Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2º - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

“Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.”

⁶⁴ SARAIVA, Renato, *op. cit.*, p. 40.

A primeira expressão em caráter genérico: refere-se a todas as relações jurídicas caracterizadas por terem sua prestação essencial centrada em uma obrigação de fazer consubstanciada em labor humano. Refere-se, pois, a todas modalidades de contratação do trabalho humano modernamente admissível. A expressão relação de trabalho englobaria, desse modo, a relação de emprego, a relação de autônomo, a relação de trabalho eventual, de trabalho avulso e outras modalidades de pactuação de prestação de labor (como trabalho de estágio etc...). Traduz, portanto, o gênero a que se acomodam todas as formas de pactuação de prestação de serviços existentes no mundo jurídico atual.⁶⁵

O fato de o instituto jurídico estar localizado em outras áreas da Ciência do Direito, não impede que ele se desloque agora para a Justiça do Trabalho, desde que se trate de uma relação de trabalho. Na disciplina de origem, são definidos e regulados. Na Justiça Laboral são julgados. Sobre o assunto, José Antônio Pancotti, Juiz do TRT/15ª Região, assim se manifestou:

Genericamente considerado, **o fato social trabalho dá origem a uma “relação de trabalho” lato sensu**. O direito positivo é que vai disciplinar e reconhecer efeitos da relação de trabalho subordinado de uma forma e da relação de trabalho não subordinado de forma diversa. Por isso, a doutrina separa os dois ramos: de um lado as relações de trabalho subordinado e, de outro, as relações de trabalho autônomo. Os regimes jurídicos diferenciados não desnaturam o que ambas têm na essência, um vínculo entre o prestador e um tomador, cujo objeto é um serviço, uma atividade ou uma obra.

Em se tratando de relação de trabalho não subordinado, a solução do conflito se dará por aplicação de normas de direito civil, quiçá comercial e, quando se tratar de relação de emprego, pela aplicação das normas de direito do trabalho. Em qualquer caso, a competência será sempre da Justiça do Trabalho (grifos nossos).⁶⁶

O Código Civil no Livro I, Título VI, trata das várias espécies de contrato, onde pelo menos sete são de trato sucessivo: prestação de serviço, empreitada, depósito, mandato, comissão, agência e distribuição, corretagem e transporte.

Os contratos de execução imediata se perfazem em uma só vez, consistindo em apenas uma prestação. Já os de trato sucessivo, não se exaurem em um momento convencionado, se repetindo necessariamente no tempo, até o implemento de uma condição ou decurso de um prazo, sendo assim, tal prestação repetida nada mais é do que uma relação de trabalho, com natureza idêntica do contrato de trabalho, e, desse modo, serão julgados pela Justiça Laboral. É esse o entendimento de Antônio Álvares da Silva:

⁶⁵ COUTINHO, Grijalbo Fernandes; FAVA, Marcos Neves (Coord.), *op. cit.*, p. 43.

⁶⁶ PANCOTTI, José Antônio. **A nova Competência da Justiça do Trabalho**. Disponível em: <http://www.amatra15.org.br_tsproducao_cientificanws_producao_cientifica_exibicao.asp#>. Acesso em: 28 ago. 2006.

Nos contratos cíveis de trato sucessivo ou de execução continuada, há relação de trabalho, sem dúvida alguma. Pouco importa que sua regulamentação se dê no Direito Civil ou Comercial. A questão é apenas dogmática jurídico-classificatória. Não poderiam estar no campo do Direito do Trabalho porque não há subordinação no trabalho ali executado. Por isso, foram para outro ramo. Porém, há relação de trabalho, cujo fundamento serve de base para a construção dos vários tipos contratuais civis já enumerados: agência, empreitada, representação comercial, etc.⁶⁷

4.2 COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR O DANO MORAL TRABALHISTA

O art. 114 da Constituição Federal de 1988, em sua redação originária, estabelecia a competência da Justiça do Trabalho da seguinte forma:

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.⁶⁸

Com base neste dispositivo, a jurisprudência e a doutrina foram partilhadas em duas posições, uns pugnando pela competência da Justiça do Trabalho para apreciar o pedido de reparação do dano moral ocorrido na relação de emprego, outros atribuindo tal competência à Justiça Comum.

Os argumentos para negar competência à Justiça Obreira consistiam, basicamente, na alegação de que a matéria era de natureza civil e que a expressão “na forma da lei” indicava a necessidade de lei especial para lhe atribuir tal competência.⁶⁹

Resistindo à competência da Justiça do Trabalho, assim se manifestou o STJ:

PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS.
I - PEDIDO INDENIZATÓRIO, POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, RESULTANTE DE LESÃO PELA PRÁTICA DE ATO ILÍCITO, IMPUTADA A EMPREGADO, NA CONSTÂNCIA DE RELAÇÃO EMPREGATÍCIA, QUE CULMINOU EM SUA DISPENSA POR JUSTA CAUSA. MATÉRIA QUE NÃO SE SUJEITA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.
II - A JURISPRUDÊNCIA DO STJ FIRMOU ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE A CAUSA PETENDI E O PEDIDO DEMARCAM A NATUREZA DA

⁶⁷ SILVA, Antônio Álvares da, *op. cit.*, p. 41.

⁶⁸ BRASIL. Constituição Federal – Código de Processo Penal – Código Penal. Organizador Luiz Flávio Gomes. 5. ed. rer. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2003.

⁶⁹ MORAES, Gardênia Borges, *op. cit.*, p. 15.

TUTELA JURISPRUDENCIAL PRETENDIDA, DEFININDO-LHE A COMPETÊNCIA.

III - CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR-SE COMPETENTE O JUÍZO COMUM, SUSCITADO.⁷⁰

Para os defensores da Competência Laboral, outra interpretação deveria ser atribuída ao art. 114 da Constituição Federal de 1988, de modo que tal dispositivo apenas estabelecia que a Justiça do Trabalho era competente para julgar “outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho” – aqui incluindo-se o dano moral - a serem decididas na “forma da lei”, nada obstante fosse a Lei Civil.⁷¹

Como visto no tópico anterior, o fato da solução da contenda reclamar a aplicação de dispositivos pertencentes a outro ramo do Direito, não implica a descaracterização da competência da Justiça do Trabalho, afinal, a própria CLT, em seu art. 8º, indica o Direito Civil como fonte subsidiária do Direito do Trabalho:

Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

Parágrafo único - O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste.⁷²

Atento a essa evolução doutrinária, o Supremo Tribunal Federal, em um acórdão histórico, marcante na matéria de competência, assim se manifestou:

"Justiça do Trabalho. Competência. Constituição, art. 114: ação de empregado contra empregador, visando a observância das condições negociais da promessa de contratar formulado pela empresa em decorrência da relação de trabalho.

1. **Compete à Justiça do Trabalho** julgar demanda de servidores do Banco do Brasil para compelir a empresa ao cumprimento da promessa de vender-lhes em dadas condições de preço e modo de pagamento, apartamentos que, assentindo em transferir-se para Brasília, aqui viessem a ocupar, por mais de cinco anos, permanecendo a seu serviço exclusivo e direto.

⁷⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Segunda Seção. Processual Civil. CC 3931 / SP; Conflito de Competência 1992/0031236-5. Autor: Edson Ferreira da Silva. Réu: Fotoptica LTDA. Relator: Ministro Waldemar Zveiter. Brasília, 10 de fevereiro de 1993. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=3931&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=5>>. Acesso em: 28 mar. 2007.

⁷¹ FELKER, Reginaldo Delmar Hintz. **O dano moral, o assédio sexual nas relações de trabalho: frente a doutrina, jurisprudência e legislação**. São Paulo: LTr, 2006, p. 146.

⁷² BRASIL. Constituição Federal – Consolidação das Leis do Trabalho – Legislação Trabalhista e Previdenciária. Organizador Nelson Mannrich. 6. ed. rer. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2005.

2. A determinação de competência da Justiça do Trabalho **não importa que dependa a solução da lide de questões de direito civil**, mas sim, no caso, que a promessa de contratar, cujo alegado conteúdo é o fundamento do pedido, tenha sido feita em razão da relação de emprego, inserindo-se no contrato de trabalho" (grifos nossos).⁷³

Tal decisão abriu caminho para que se tornasse pacífico na doutrina e jurisprudência o entendimento de que a Justiça do Trabalho era competente para solucionar os conflitos que envolvessem trabalhador e empregador quanto à questão do dano moral.

Nesse sentido, antes da nova competência da Justiça do Trabalho trazida pela EC 45/2004, o Supremo Tribunal Federal se manifestou pela competência da Justiça Obreira para ações de reparação de danos morais e patrimoniais ocorridos na relação de emprego:

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS À DECISÃO DO RELATOR: CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. TRABALHO. COMPETÊNCIA: JUSTIÇA DO TRABALHO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO: DANOS MORAIS. C.F., art. 114. I. - Embargos de declaração opostos à decisão singular do Relator. Conversão dos embargos em agravo regimental. II. - Ação de reparação de danos morais decorrentes da relação de emprego: competência da Justiça do Trabalho: C.F., art. 114. Na fixação da competência da Justiça do Trabalho, em casos assim, não importa se a controvérsia tenha base na legislação civil. O que deve ser considerado é se o litígio decorre da relação de trabalho. III. - Embargos de declaração convertidos em agravo regimental. Não provimento deste.⁷⁴

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. TRABALHO. COMPETÊNCIA: JUSTIÇA DO TRABALHO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO: DANOS MORAIS. C.F., art. 114. I. - Ação de reparação de danos morais decorrentes da relação de emprego: competência da Justiça do Trabalho: C.F., art. 114. Na fixação da competência da Justiça do Trabalho, em casos assim, não importa se a controvérsia tenha base na legislação civil. O que deve ser considerado é se o litígio decorre da relação de trabalho. II. - R.E. conhecido e provido. Agravo não provido.⁷⁵

Da mesma forma, a SDI-1 do Colendo TST editou a Orientação Jurisprudencial nº. 327 (posteriormente convertida na Súmula 392 do TST), *in verbis*:

⁷³ BRASIL. Superior Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Processual Civil. CJ 6959 / DF; Conflito de Jurisdição. Suscitante: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Brasília. Suscitado: Tribunal Superior do Trabalho. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Brasília, 23 de maio de 1990. Disponível em: < <http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

⁷⁴ BRASIL. Superior Tribunal Federal. Segunda Turma. Processual Civil. RE-ED 421455 / ES; Emb.Decl. no Recurso Extraordinário. Embargante: Maria Sebastiana Ribeiro Carneiro. Embargado: Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES S/A. Relator: Ministro Carlos Velloso. Brasília, 10 de outubro de 2004. Disponível em: < <http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

⁷⁵ BRASIL. Superior Tribunal Federal. Segunda Turma. Processual Civil. RE-AgR 408381 / RJ; Recurso Extraordinário. Agravante: White Martins S/A. Agravado: Letícia Campanhã Rodrigues dos Santos e outros. Relator: Ministro Carlos Velloso. Brasília, 23 de março de 2004. Disponível em: < <http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

Nº 392 DANO MORAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 327 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.

Nos termos do art. 114 da CF/1988, **a Justiça do Trabalho é competente para dirimir controvérsias referentes à indenização por dano moral, quando decorrente da relação de trabalho.** (grifo nosso)⁷⁶

Com relação ao advento da EC 45/2004 e, respectiva, ampliação da competência da Justiça do Trabalho, ficou claro que a especializada é competente para processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes das várias relações de trabalho (art. 114, inc. VI), estando pacífico o tema entre os doutrinadores; contudo, a jurisprudência ainda está a se formar quanto a essas relações de trabalho *lato sensu*.

4.3 DA COMPETÊNCIA PARA JULGAR O DANO MORAL TRABALHISTA DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO.

Como já apontado, mesmo antes da EC 45/2004, houve pacificação na jurisprudência quanto à competência para julgar o dano moral trabalhista ocorrido na relação de emprego, entretanto, o mesmo não ocorreu quando tais danos forem oriundos de acidente de trabalho sofrido pelo empregado.

De fato, a EC 45/2004 reacendeu a discussão em torno da competência para julgar o dano moral decorrente de acidente de trabalho, estabelecendo-se uma verdadeira celeuma jurisprudencial acerca do assunto.

4.3.1 Conceito de acidente de trabalho.

Inicialmente, vale traçar considerações sobre o termo “acidente de trabalho”, a fim de definir o elemento ora em estudo.

O conceito é dado pela Lei 8.213/91 que trata sobre os Planos de Benefício da Previdência Social, a qual dispõe:

⁷⁶ BRASIL. Súmula 392 do TST. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 25.03.07.

Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

[...]

Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.⁷⁷

Assim, o acidente de trabalho consiste num evento que prejudica a capacidade laboral durante a execução de uma prestação de serviços subordinada. Salienta-se que, conforme o conceito acima apontado, o acidente de trabalho ocorre no âmago da empresa, sendo então instituto vinculado apenas à relação de emprego, e não a relação de trabalho *lato sensu*. Sobre o assunto, Rodrigo Dias da Fonseca, em excelente artigo defendendo a competência da justiça obreira para julgar a ação de danos morais decorrente de acidente de trabalho, prelecionou:

Afinal, seguramente, **sequer o mais renitente opositor da tese ora defendida negará que o acidente de trabalho insere-se no contexto da relação de emprego**. A esse propósito, já foi ressaltado que o infortúnio laboral guarda estreita, íntima conexão com o vínculo laboral, sendo aquela consequência deste (grifo nosso).⁷⁸

A própria Constituição Federal de 1998, em seu artº. 7º, inc. XXVIII⁷⁹ trata da indenização decorrente acidente de trabalho a cargo do empregador, sendo um direito trabalhista onde o legislador constituinte fixou o direito de indenização quando o empregador incorrer em dolo ou culpa.

⁷⁷ BRASIL. Constituição Federal – Consolidação das Leis do Trabalho – Legislação Trabalhista e Previdenciária. Organizador Nelson Mannrich. 6. ed. rer. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2005.

⁷⁸ FONSECA, Rodrigo Dias da. **Danos morais e materiais e acidente de trabalho Competência da justiça do trabalho à luz da Emenda Constitucional nº 45/2004**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1291, 13 jan. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9366>>. Acesso em: 20 maio 2007.

⁷⁹ Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

4.3.2 Do imbróglio jurisprudencial acerca do acidente de trabalho.

Como já afirmado anteriormente, antes da EC 45/2004 se solidificou o entendimento pela competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar o dano moral trabalhista, e, seguindo esse raciocínio, o Tribunal Superior do Trabalho consagrou o entendimento de que a Justiça Laboral seria competente inclusive para apreciar as ações alusivas ao dano moral decorrente de acidente de trabalho sofrido pelo empregado.

ACÇÃO RESCISÓRIA. REPARAÇÃO DE DANOS PATRIMONIAL E MORAL PROVENIENTES DE INFORTÚNIO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA MATERIAL DO JUDICIÁRIO DO TRABALHO. É sabido que os danos patrimonial e moral, provenientes de doença profissional equiparada ao acidente de trabalho, constituem ambos o que se convencionou chamar de infortúnios do trabalho, cuja ocorrência pressupõe necessariamente a existência de uma relação de emprego. Da doença profissional ou do acidente de trabalho emergem, por sua vez, consequências distintas, uma relacionada ao benefício-acidentário a cargo do Instituto de Previdência Social, em relação ao qual vigora o princípio do risco social, e outra associada à reparação pecuniária dos danos deles oriundos a cargo do empregador, na conformidade do artigo 7º, inciso XXVIII, da Constituição, em relação à qual prepondera o princípio da responsabilidade subjetiva. Vale dizer que as pretensões provenientes da moléstia profissional ou do acidente do trabalho reclamam proteções distintas, dedutíveis em ações igualmente distintas: uma de natureza nitidamente previdenciária, em que é competente materialmente a Justiça Comum, e a outra, de conteúdo iminentemente trabalhista, consubstanciada na indenização reparatória dos danos material e moral, em que é excludente a competência desta Justiça [...].⁸⁰

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO. O Judiciário do Trabalho não tem competência para as ações previdenciárias nem para as ações acidentárias, sendo incontestável no entanto sua competência para julgamento das ações reparatórias dos multicitados danos moral e material provenientes de acidentes de trabalho ou moléstias profissionais, conforme se infere do confronto entre o artigo 7º, inciso XXVIII e o artigo 114, ambos da Constituição. Recurso conhecido e provido.⁸¹

Não obstante, o STF, que havia se pronunciado pela competência da Justiça Laboral para reparação do dano moral ocorrido na relação de trabalho, manteve restrita tal competência, informando não abranger o dano moral decorrente de acidente de trabalho, ficando a cargo da Justiça Comum a análise destas questões:

⁸⁰ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. SDI-II. Processual do Trabalho. ROAR - 51691/2002-900-03-00; Recurso Ordinário em Ação Rescisória. Recorrente: AFL do Brasil LTDA. Recorrido: Rafael Gabriel Nassar. Relator: Ministro Barros Levenhagen. Brasília, 25 de março de 2003. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

⁸¹ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. 4ª Turma. Processual do Trabalho. RR - 638/2002-011-12-00; Recurso de Revista. Recorrente: Jorge Fernandes. Recorrido: Arco Stahl Galpões Pré-Fabricados LTDA. Relator: Ministro Barros Levenhagen. Brasília, 17 de março de 2004. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2007.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSO CIVIL. DEMANDA SOBRE ACIDENTE DE TRABALHO. COMPETÊNCIA. ART. 109, I DA CONSTITUIÇÃO. 1. Esta Suprema Corte tem assentado não importar, para a fixação da competência da Justiça do Trabalho, que o deslinde da controvérsia dependa de questões de direito civil, bastando que o pedido esteja lastreado na relação de emprego (CJ 6.959, rel. Min. Sepúlveda Pertence, RTJ 134/96). 2. **Constatada, não obstante, a hipótese de acidente de trabalho, atraindo-se a regra do art. 109, I da Carta Federal, que retira da Justiça Federal e passa para a Justiça dos Estados e do Distrito Federal a competência para o julgamento das ações sobre esse tema**, independentemente de terem no pólo passivo o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou o empregador. 3. Recurso extraordinário conhecido e improvido (grifo nosso).⁸²

COMPETÊNCIA: JUSTIÇA COMUM: CF, art. 109, I: ação de indenização fundada em acidente do trabalho, ainda quando movida contra o empregador: precedente (RE 349.160, 1ª T., Pertence, DJ 14.3.03). 2. Agravo regimental manifestamente infundado: aplicação da multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor corrigido da causa (C.Pr.Civil, art. 557, § 2º).⁸³

Assim, nota-se que o STF, antes mesmo da EC. 45/2004, estava decidindo, vacilante e esporadicamente, que era de competência da Justiça Comum as ações referentes a acidente de trabalho, mesmo tendo como partes o empregado e empregador.⁸⁴

Com o advento da EC 45/2004 e conseqüente inserção do inciso VI no art. 114 da CF/88⁸⁵, a Justiça do Trabalho passa a ser competente para processar e julgar as ações de indenização por dano moral e patrimonial, decorrente de relação de trabalho. A simples interpretação gramatical do dispositivo, já induz à percepção que, por fim, estaria espancado o imbróglio jurisprudencial acerca da competência para apreciar o dano moral derivado do acidente de trabalho, pois a expressão “danos morais e patrimoniais decorrentes de relação de trabalho” logicamente abarca as ações decorrentes de acidente laboral.

Todavia, inesperadamente, o STF, em análise ao RE-438639, acabou por se posicionar de forma contrária à competência da Justiça do trabalho para processar e julgar o dano moral decorrente de acidente de trabalho, mantendo assim seu posicionamento anterior a EC

⁸² BRASIL. Superior Tribunal Federal. Segunda Turma. Processual Civil. RE 345486 / SP; Recurso Extraordinário. Recorrente: Viação Aérea São Paulo S/A - VASP. Recorrida: Juliana Campos Mendonça. Relatora: Ministra Ellen Gracie. Brasília, 07 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

⁸³ BRASIL. Superior Tribunal Federal. Quarta Turma. Processual Civil. RE-AgR 388227 / SP AG.REG. no Recurso Extraordinário. Agravante: Rolamentos Fag LTDA. Agravado: José Edenilson Soares. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Brasília, 18 de maio de 2004. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

⁸⁴ FONSECA, Rodrigo Dias da, *op. cit.*, p. 49.

⁸⁵ Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

[...]

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

45/2004, qual seja, à Justiça Comum cabe processar e julgar as ações fundadas em acidente de trabalho, independentemente de terem no pólo passivo o INSS ou o empregador.

A notícia desse julgamento foi veiculada no Informativo n. 379 do STF:

As ações de indenização propostas por empregado ou ex-empregado contra empregador, quando fundadas em acidente do trabalho, continuam a ser da competência da justiça comum estadual. Com base nesse entendimento, o Tribunal, por maioria, deu provimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão do extinto Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais que, confirmando decisão do juízo de 1ª instância, entendera ser da competência da justiça do trabalho o julgamento de ação de indenização por danos morais decorrentes de acidente do trabalho, movida pelo empregado contra seu empregador. Ressaltando ser, em tese, da competência da justiça comum estadual o julgamento de ação de indenização baseada na legislação acidentária, entendeu-se que, havendo um fato histórico que gerasse, ao mesmo tempo, duas pretensões — uma de direito comum e outra de direito acidentário —, a atribuição à justiça do trabalho da competência para julgar a ação de indenização fundada no direito comum, oriunda do mesmo fato histórico, poderia resultar em decisões contraditórias, já que uma justiça poderia considerar que o fato está provado e a outra negar a própria existência do fato. Salientou-se que deveria intervir no fator de discriminação e de interpretação dessas competências o que se chamou de “**unidade de convicção**”, **segundo a qual o mesmo fato, quando tiver de ser analisado mais de uma vez, deve sê-lo pela mesma justiça.** Vencidos os Ministros Carlos Britto, relator, e Marco Aurélio, que negavam provimento ao recurso, e declaravam a competência da justiça do trabalho (grifos nossos).⁸⁶

Quanto a esse entendimento do STF, Renato Saraiva expôs:

No julgamento, o Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos (9 votos) ressaltou que, em matéria acidentária, **qualquer que seja a condição ostentada pela parte que figura no pólo passivo da relação processual (INSS ou empregador), há, no que se refere a tais causas, expressa reserva de competência instituída, *ope consitutionis*, em favor da Justiça Comum dos Estados-membros.**

Para o Supremo Tribunal Federal, portanto, essa reserva de competência permaneceu íntegra, não obstante a superveniência da EC 45/2004, significando dizer, para a Suprema Corte, que ainda remanesce, na esfera da competência da Justiça Estadual, o poder de processar e julgar as ações de indenização por danos morais e materiais resultantes de acidente de trabalho, mesmo que a pretensão jurídica nelas deduzida encontre fundamento no direito comum, sendo inaplicáveis o inciso VI do art. 114 da Carta Maior e a Súmula 736 do próprio STF (que atribui competência à Justiça do Trabalho para processar e julgar ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores) (grifo nosso).⁸⁷

⁸⁶ BRASIL. Informativo 379 (RE-438639). Disponível em: <http://gemini.stf.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=INFO&s1=379&u=http://www.stf.gov.br/noticias/informativos/default.asp&Sect1=IMAGE&Sect2=THE SOFF&Sect3=PLURON&Sect6=INFON&p=2&r=24&f=G&l=20>. Acesso em: 25.03.07.

⁸⁷ SARAIVA, Renato, *op. cit.*, p. 40.

Nota-se que são duas as linhas de argumentação adotadas no julgamento do RE-438639 pelos ministros da Suprema Corte: a) a chamada “unidade de convicção”, a qual informa existir riscos de decisões conflitantes, quando causas com pedidos e qualificações jurídicos diversos, porém fundadas no mesmo fato histórico, sejam decididas por seguimentos diferentes do Poder Judiciário; b) o entendimento tradicional de que à Justiça Comum compete decidir as ações acidentárias, com fundamento no art. 109, inciso I da CF/88.

De fato, decisões contraditórias sobre uma mesma situação jurídica, prolatadas por órgãos judiciais diversos, infligem a coerência e a segurança jurídica. Entretanto, esse ideal consistente em buscar decisões homogêneas sobre uma mesma realidade conflitiva, não é passível de tutela incondicional, pois atribuir competência à Justiça Comum para conhecer das ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente de trabalho, caracterizaria afronta à norma que dispõe sobre competência absoluta (art. 114, inciso VI da CF/88).

Quanto ao argumento fundado no art. 109 da CF/88⁸⁸, este não resiste a uma análise mais profunda. Senão vejamos.

Como visto, o fundamento utilizado pelo STF para excluir da competência da Justiça Obreira as ações reparadoras de danos morais decorrentes de acidente de trabalho consiste no art. 109, inciso I da Carta Magna. Esse foi o entendimento quando decidiu o RE 438.639 em 09/03/2005.

Ocorre que, definitivamente, o referido dispositivo (art. 109, inciso I da CF/88) não exclui da competência da Justiça do Trabalho os pedidos de reparação de danos morais originados de acidente de trabalho; ali apenas determina que compete aos juízes federais processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”, sendo excluídas

⁸⁸ Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

[...]§ 3º - Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

dessa competência as causas “de falência, **as de acidente de trabalho** e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”.

Dessa forma, outra conclusão não se pode chegar, senão que as causas de acidente de trabalho excluídas da competência dos juízes federais dizem respeito apenas às ações acidentárias (previdenciárias), onde figura no pólo passivo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Portanto, com supedâneo no § 3º do art. 109 da CF/88, havendo interesse de uma autarquia federal, as causas se deslocam para a competência da Justiça Comum.

De modo diverso se apresenta a hipótese das ações reparadoras de danos morais decorrentes de acidente de trabalho, tendo por autor o empregado e figurando no pólo passivo o empregador. Nota-se que não há interesse da União, não sendo sujeito da lide a entidade autárquica, INSS. Assim, há uma típica relação de trabalho e, apesar do entendimento diverso da Suprema Corte, não se poderia afastar da Justiça Obreira a competência para solucionar o litígio.

É acurada a lição de Rodrigues Dias da Fonseca sobre o assunto:

Tal interpretação e conclusão do dispositivo constitucional não demanda maiores esforços de exegese: o art. 109 cuida da competência da Justiça Federal, trazendo no inciso I a regra fundamental, no sentido de atribuir-lhe competência sobre causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes.

Ora, não fosse a exceção estabelecida ao final do inciso, mesmo as ações tipicamente acidentárias, vale dizer, aquelas em que no pólo passivo da lide figure o INSS, seriam de competência da Justiça Federal. Portanto, quanto à referência às ações de acidente do trabalho, o objetivo do constituinte é cristalino: afastar as ações tipicamente acidentárias (repise-se por clareza, mesmo ante o preço da repetição desnecessária: em que seja demandado o INSS) do âmbito da Justiça Federal, relegando-as à Justiça Comum Estadual.

[...]

Como se percebe, a disposição do art. 109, I, em nada interfere ou afeta a competência amplamente reconhecida na mesma Carta Magna à Justiça do Trabalho (art. 114 e parágrafos). E, como é evidente a impossibilidade de acidente de trabalho desvinculado da relação de emprego, inafastável a competência desta Especializada para apreciar pedidos de danos decorrentes do infortúnio acidentário.⁸⁹

Ademais, a EC 45/2004 só veio a reforçar o entendimento aqui adotado. A Justiça Obreira que já era competente para “conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da

⁸⁹ FONSECA, Rodrigo Dias da, *op. cit.*, p. 49.

administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho” (redação do art. 114 anterior a EC 45/2004), passa a ser competente para processar e julgar as ações de reparação de dano moral, oriundas da relação de trabalho, aí incluídas ainda as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho.

Enfim, o STF, em análise do Conflito de Competência 7.204-1, acabou por rever seu entendimento, reconhecendo a competência da Justiça Obreira a partir da EC 45/2004, para as ações de indenização por danos morais e patrimonial decorrentes de acidente de trabalho, proposta pelo empregado em face do empregador. Essa orientação alcança os processos que tramitam na Justiça Comum estadual, desde que pendente de julgamento de mérito.

Dada a importância do citado acórdão, tratamos de reproduzi-lo:

CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA JUDICANTE EM RAZÃO DA MATÉRIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO, PROPOSTA PELO EMPREGADO EM FACE DE SEU (EX-)EMPREGADOR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 114 DA MAGNA CARTA. REDAÇÃO ANTERIOR E POSTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/04. EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PROCESSOS EM CURSO NA JUSTIÇA COMUM DOS ESTADOS. IMPERATIVO DE POLÍTICA JUDICIÁRIA. Numa primeira interpretação do inciso I do art. 109 da Carta de Outubro, o Supremo Tribunal Federal entendeu que as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente do trabalho, ainda que movidas pelo empregado contra seu (ex-)empregador, eram da competência da Justiça comum dos Estados-Membros. 2. Revisando a matéria, porém, o Plenário concluiu que a Lei Republicana de 1988 conferiu tal competência à Justiça do Trabalho. Seja porque o art. 114, já em sua redação originária, assim deixava transparecer, seja porque aquela primeira interpretação do mencionado inciso I do art. 109 estava, em boa verdade, influenciada pela jurisprudência que se firmou na Corte sob a égide das Constituições anteriores. 3. Nada obstante, como imperativo de política judiciária -- haja vista o significativo número de ações que já tramitaram e ainda tramitam nas instâncias ordinárias, bem como o relevante interesse social em causa --, o Plenário decidiu, por maioria, que o marco temporal da competência da Justiça trabalhista é o advento da EC 45/04. Emenda que explicitou a competência da Justiça Laboral na matéria em apreço. 4. A nova orientação alcança os processos em trâmite pela Justiça comum estadual, desde que pendentes de julgamento de mérito. É dizer: as ações que tramitam perante a Justiça comum dos Estados, com sentença de mérito anterior à promulgação da EC 45/04, lá continuam até o trânsito em julgado e correspondente execução. Quanto àquelas cujo mérito ainda não foi apreciado, hão de ser remetidas à Justiça do Trabalho, no estado em que se encontram, com total aproveitamento dos atos praticados até então. A medida se impõe, em razão das características que distinguem a Justiça comum estadual e a Justiça do Trabalho, cujos sistemas recursais, órgãos e instâncias não guardam exata correlação. 5. O Supremo Tribunal Federal, guardião-mor da Constituição Republicana, pode e deve, em prol da segurança jurídica, atribuir eficácia prospectiva às suas decisões, com a delimitação precisa dos respectivos efeitos,

toda vez que proceder a revisões de jurisprudência definidora de competência ex *ratione materiae*. O escopo é preservar os jurisdicionados de alterações jurisprudenciais que ocorram sem mudança formal do Magno Texto. 6. Aplicação do precedente consubstanciado no julgamento do Inquérito 687, Sessão Plenária de 25.08.99, ocasião em que foi cancelada a Súmula 394 do STF, por incompatível com a Constituição de 1988, ressalvadas as decisões proferidas na vigência do verbete. 7. Conflito de competência que se resolve, no caso, com o retorno dos autos ao Tribunal Superior do Trabalho.⁹⁰

Esta recente decisão do STF foi aplaudida pela doutrina, tendo Reginaldo Delmar Hitntz Felker argumentado:

Finalmente em nova decisão recente, com acórdão da lavra do Eminentíssimo Ministro Aires de Brito, O STF, - reconheceu, a competência da Justiça do Trabalho para julgar os feitos onde é pedida a reparação de dano material e moral decorrente do acidente de trabalho ou doença profissional, contra o empregador, com o que, se afigura, fica encerrada a controvérsia sobre a competência. O argumento maior em discussão era de que haveria risco de decisões conflitantes, se o acidente fosse julgado por um ramo judiciário e o dano moral por outro. Todavia esse receio não tem razão de ser, pois se trata de ações de natureza diferente, uma é previdenciária, fundamentada na legislação previdenciária, - outra busca uma reparação pelo dano moral, fundamentada em ato ilícito, ou em descumprimento contratual ou pela teoria do risco⁹¹.

A evolução da jurisprudência do STF aponta a confiança na Justiça do Trabalho, revelando sua capital importância, pois é sabido que nesta especializada a celeridade processual é extraordinariamente maior, assegurando-se assim ao jurisdicionado os direitos a razoável duração do processo e a celeridade de sua tramitação.

É fato que especialização da Justiça do Trabalho facilita e dá qualidade na prestação jurisdicional à questão que lhe é tão afeta, qual seja, os danos decorrentes de acidente do trabalho. De outro norte, cumpre salientar que os magistrados desta especializada têm maior sensibilidade com a questão envolvendo o empregado, sempre atentos ao princípio da hipossuficiência. Por todos motivos ora apresentados, é de se aclamar a nova competência da Justiça do Trabalho, a qual se mostra estimulada a atender aos ideais da justiça.

⁹⁰ BRASIL. Superior Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Processual Civil. CC 7204 / MG; Conflito de Competência. Suscitante: Tribunal Superior do Trabalho. Suscitado: Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais. Relator: Ministro Carlos Britto. Brasília, 29 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

⁹¹ FELKER, Reginaldo Delmar Hintz, *op. cit.*, p. 46.

5. PRESCRIÇÃO DO DANO MORAL NA JUSTIÇA LABORAL

O dano moral atinge direitos da personalidade, tais direitos são imprescritíveis em seu exercício. Ocorre que, se os titulares de direitos lesados permanecerem inertes por determinado tempo em acionar a tutela do Poder Judiciário, ocorrerá a prescrição e decorrente perda do direito da ação. São notórios os casos de dano moral ocorrido nas relações de emprego, e tal ocorre dada à própria relação de submissão existente nessas relações, assim, é imprescindível para o aplicador e estudioso do direito conhecer o prazo prescricional aplicado no dano moral ocorrido nas relações de trabalho. Mas, antes de adentrar especificamente a prescrição dano moral na Justiça do Trabalho, faz-se necessário apresentar sobre o instituto da prescrição no contexto geral, trazendo a lume os ensinamentos da doutrina especializada.

5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRESCRIÇÃO E A DECADÊNCIA

O elemento “tempo” exerce relevante influência no âmbito do direito, assim, como bem expressa o douto Silvio Rodrigues: “de fato, dentro do instituto da prescrição, o personagem principal é o tempo”⁹².

É certo que, tanto a prescrição como a decadência, tem em comum a produção de efeitos nas relações jurídicas materiais pelo decurso de tempo.

Quanto à prescrição, pode-se afirmar que o tempo influi nas relações jurídicas por dois modos. Um deles se trata da prescrição aquisitiva, consistente na aquisição de um direito de

⁹² RODRIGUES, Silvio, *op. cit.*, p. 24.

propriedade pelo uso do mesmo por um determinado período de tempo, como por exemplo: o usucapião. Ademais, existe a prescrição extintiva, que se consubstancia na perda da prerrogativa de utilizar uma ação que assegurava um direito subjetivo, isso, pelo fato do titular desse direito ter se mantido inerte por um prazo apontado pela legislação.

Em nosso estudo, trataremos apenas da prescrição extintiva, objeto do presente capítulo.

5.1.1 Conceito e fundamentos da prescrição

Clóvis Beviláqua *apud* Sílvio de Salvo Venosa assim define a prescrição: “perda da ação atribuída a um direito e de toda a sua capacidade defensiva, em consequência do não-uso delas, durante um determinado espaço de tempo”⁹³.

Vê-se que existem três requisitos elementares na ocorrência da prescrição: a inércia do titular do direito, o transcurso do tempo e a conseqüente perda da ação que assegura o direito.

Dessa forma, quando um indivíduo é titular de um direito e não o reclama, deixa de propor a ação, revelando assim seu desinteresse, não merece a proteção legal. Não há que se falar em injustiça ao extinguir a possibilidade de propor ação, pois o próprio titular do direito deixou de reclamá-lo.

Assim, nota-se que o que se extingue, isto é, o que prescreve, é possibilidade de se propor uma ação que garanta o direito pertencente à pessoa, e não o próprio direito.

A doutrina apresenta vários fundamentos para justificar a existência do instituto da prescrição, entretanto, o fundamento dado pela maioria dos escritores consiste em dizer que a sociedade não pode permitir que demandas fiquem eternamente em aberto, havendo um interesse social em estabelecer harmonia, justiça e segurança, dando fim a litígios e evitando que estes fiquem por tempo indefinido à disposição de alguém, podendo ele depois de muitos anos vir a cobrar um direito seu que se perdeu no tempo, e que até suas provas de constituição deixaram de existir.

⁹³ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. V. 1. Parte geral. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 597.

5.1.2 Requisitos da Prescrição

Quanto aos requisitos, o ilustre Sílvio Salvo Venosa, valendo-se do entendimento doutrinador Antônio Luíz Câmara Leal, os divide da seguinte forma: a) a existência de ação exercitável; b) a inércia do titular da ação pelo seu não-exercício; c) a continuidade dessa inércia por certo tempo; d) ausência de fato ou ato impeditivo, suspensivo ou interruptivo do curso de prescrição.⁹⁴

A existência de ação exercitável é o objeto da prescrição. Tendo em vista a violação de um direito, a ação tem por fim eliminar os efeitos dessa violação. Violado o direito, surge a pretensão. A ação prescreverá se o interessado não promovê-la. Tão logo surge o direito de ação, já começa a correr o prazo de prescrição.

A inércia do titular da ação pelo seu não-exercício é atitude passiva. O titular nada promove para nulificar os efeitos do direito violado. Há, por parte do prescribente, abstenção do direito de ação. A inércia é, pois, o não-exercício da ação, em seguida à violação de direito. Tal inércia cessa com a propositura da ação, ou por qualquer ato idôneo que a lei admita como tal.

A continuidade dessa inércia durante certo lapso de tempo é outro requisito. Não é a inércia momentânea ou passageira que configura a prescrição, mas aquela ocorrida durante o lapso de tempo fixado em lei, levando em consideração ainda qualquer fato ou ato impeditivo, suspensivo ou interruptivo⁹⁵.

⁹⁴ VENOSA, Sílvio de Salvo, *op. cit.*, p. 58.

⁹⁵ Art. 197. Não corre a prescrição:

I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;

II - entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;

III - entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.

Art. 198. Também não corre a prescrição:

I - contra os incapazes de que trata o art. 3º;

II - contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios;

III - contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

Art. 199. Não corre igualmente a prescrição:

I - pendendo condição suspensiva;

II - não estando vencido o prazo;

III - pendendo ação de evicção.

“Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;

II - por protesto, nas condições do inciso antecedente;

III - por protesto cambial;

O Código de 2002 reduziu os prazos de prescrição e procurou simplificar a compreensão do instituto da decadência.

5.1.3 Diferença entre prescrição e decadência

A omissão do Código Civil de 1916 quanto à decadência, não intimidou os doutrinadores e tribunais em admitir que vários casos expostos por esse código se referiam à caducidade. Entretanto, acompanhando o entendimento doutrinário e jurisprudencial em nosso país, o legislador tratou de disciplinar a decadência no Código Civil de 2002.

Levando-se em consideração os efeitos da prescrição e da decadência, se torna simples a diferenciação entre esses dois institutos, pois a prescrição pode ser interrompida e não corre contra determinadas pessoas, já os prazos de caducidade fluem implacavelmente contra qualquer pessoa, sem suspensão ou interrupção.

Agora, se for tentada a diferenciação partindo da essência e natureza dessas instituições, a tarefa apresenta-se atribulada.

A corrente mais esclarecedora expõe que na prescrição o que perece é a ação que garante o direito, sendo que na decadência é o próprio direito que morre.

Entretanto, é mais interessante a diferenciação levando-se em consideração a origem da ação:

- a) a prescrição supõe uma ação, cuja origem é distinta da origem do direito, tendo, por isso, um nascimento posterior ao nascimento do direito;
- b) a decadência supõe uma ação, cuja origem é idêntica à origem do direito, sendo, por isso, simultâneo o nascimento de ambos.⁹⁶

Por derradeiro, assinala-se que se torna mais prático a diferenciação levando-se em consideração o interesse social. E segundo tal critério, quando a interrupção ou suspensão do

IV - pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;

V - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor; [...]"

⁹⁶ LEAL, Câmara *apud* RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**. V. 1. Parte geral. 32ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 330.

prazo for substancialmente prejudicial ao interesse da sociedade em manter aquele direito de ação em aberto, o prazo é de decadência. Caso contrário, o prazo será prescricional.

5.2 A PRESCRIÇÃO DO DANO MORAL TRABALHISTA

Como exposto em capítulo anterior, o dano moral atinge direitos da personalidade, sendo certo que tais direitos são imprescritíveis em seu exercício. Entretanto, neste capítulo foi apresentado sobre a prescrição, sendo patente que, se os titulares de direitos lesados permanecerem inertes por determinado tempo em acionar a tutela do Poder Judiciário, ocorrerá a prescrição e decorrente perda do direito da ação.

São notórios os casos de dano moral ocorrido nas relações de emprego, dada à própria relação de submissão existente nessas relações, e, para que tais danos a direitos da personalidade não restem prejudicados em seu ressarcimento, torna-se imprescindível para o aplicador e estudioso do direito conhecer o prazo prescricional aplicado no dano moral ocorrido na relação de emprego.

Ocorre que o TST, analisando a questão do prazo prescricional a ser aplicado no dano moral trabalhista, apresentou divergência dentro de suas Subseções:

A SDI-II estendeu aplicável a prescrição estabelecida no inc. XXIX do art. 7º da Constituição Federal de 1988:

1. AÇÃO RESCISÓRIA NÃO-OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO DE LEI - DANO MORAL PRESCRIÇÃO. Carece de respaldo legal a pretensão obreira de rescisão de decisão que extingue reclamatória postulando danos morais, decorrentes do reconhecimento da não-caracterização de ato de improbidade, por ocorrência de prescrição, dada a não-configuração de violação do art. 177 do CC, uma vez que: a) a lesão à boa fama e à imagem do Empregado surgiram com a dispensa, tida como motivada, e não com o reconhecimento, em juízo, da inocência do Reclamante e da ausência de justa causa da dispensa, razão pela qual deveria haver, na primeira reclamatória, cumulação de pedidos, relativos às verbas rescisórias e à indenização por dano moral, já que, pelo princípio da *actio nata*, o prazo prescricional começa a fluir da data em que ocorrida a lesão ao direito do Autor; b) se a postulação da indenização por danos morais é feita na Justiça do Trabalho, sob o fundamento de que a lesão decorreu da relação de trabalho, não há como se pretender a aplicação do prazo prescricional de 20 anos, referente ao Direito Civil (CC, art. 177), **quando o ordenamento jurídico-trabalhista possui prazo prescricional unificado de 2 anos, a contar da ocorrência da lesão (CF, art. 7º, XXIX; CLT, art. 11);** e c) Não há que se falar em interrupção da prescrição pelo ajuizamento da primeira reclamatória, tendo em vista que, por não versar sobre o dano moral, não

demonstrou a ausência de passividade do Empregado em relação à pretensa lesão sofrida em sua honra e imagem (grifo nosso).⁹⁷

Em sentido contrário, a SDI-I entendeu aplicável a prescrição vintenária estabelecida pelo Código Civil de 1916:

PRESCRIÇÃO. DANO MORAL TRABALHISTA. 1. O prazo de prescrição do direito de ação de reparação por dano moral trabalhista é o previsto no Código Civil. 2. À Justiça do Trabalho não se antepõe qualquer obstáculo para que aplique prazos prescricionais diversos dos previstos nas leis trabalhistas, podendo valer-se das normas do Código Civil e da legislação esparsa. 3. De outro lado, embora o dano moral trabalhista encontre matizes específicos no Direito do Trabalho, a indenização propriamente dita resulta de normas de Direito Civil, ostentando, portanto, natureza de crédito não-trabalhista. 4. Por fim, a prescrição é um instituto de direito material e, portanto, não há como olvidar a inarredável vinculação entre a sede normativa da pretensão de direito material e a normas que regem o respectivo prazo prescricional. 5. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento (grifo nosso).⁹⁸

Tal divergência dentro do órgão de cúpula da Justiça do Trabalho fez acender uma acirrada discussão doutrinária, dividindo-se basicamente em duas correntes: a que entende ser aplicável a prescrição trabalhista exposta no inc. XXIX do art. 7º da Constituição Federal de 1988; e a que entende ser aplicável a prescrição instituída no Código Civil. Sendo que dentro dessa última corrente, há doutrinadores que se posicionam pela aplicação do prazo de 3 anos (art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil) e outros que entendem ser aplicável o prazo de 10 anos (art. 205 do Código Civil).

Esta é a problemática trazida à baila, passando então a análise das citadas correntes doutrinárias, para, por fim, expor a pesquisa da jurisprudência do TST.

5.2.1 Da corrente que entende ser aplicável a prescrição trabalhista

Os filiados a essa corrente informam que o prazo prescricional a ser aplicado à pretensão judicial inerente ao dano moral é o exposto no inc. XXIX do art. 7º da Constituição Federal de 1988, *ipsis litteris*:

⁹⁷ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, SBDI-2. ROAR - 39274/2002-900-03-00. Recurso Ordinário em Ação Rescisória. Recorrente: Luiz Eduardo de Almeida. Recorrido: Banco do Brasil S.A. Relator: Min. Ives Gandra Martins Filho. Brasília, 12 de novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

⁹⁸ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, SBDI-1. E-RR-08871/2002-900-02-00.4. Embargos em Recurso de Revista. Embargante: Lauro Barros de Abreu. Embargado: Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ. Relator: Min. Lélcio Bentes Corrêa. Brasília, 16 de fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;⁹⁹

Tal entendimento se baseia, principalmente, sob dois argumentos: é competente a Justiça Laboral para solucionar o litígio que gera dano moral na relação de emprego; o dano moral pago na Justiça do Trabalho trata-se de crédito trabalhista.

De fato, o direito de indenização por dano à moral, anteriormente à atual Carta Magna, era disposto de forma diversa, sendo tratado esse direito apenas na área civil, não sendo um direito do trabalhador, nem sendo competente a Justiça do Trabalho para julgá-lo. Com a atual Constituição da República Federativa do Brasil, o dano moral foi além da área civil, passando a integrar a relação de emprego.

Assim, para alguns, essa atual disposição constitucional quanto ao dano moral, embasa o pensamento que esse dano ocorrido na relação de emprego, não se trata de um direito civil, cuja competência está outorgada à Justiça do Trabalho, mas sim, que estamos diante de um direito constitucional trabalhista, onde surge um crédito, sendo assim, o prazo prescricional somente pode ser o aplicado aos créditos trabalhistas.

José Alberto Couto Maciel, da Academia Nacional de Direito do Trabalho, apóia a corrente ora em apreço, indicando que o dano moral não é um direito civil, é sim um direito constitucional trabalhista, e, uma vez surgida a reparação e respectivo crédito, o prazo prescricional a ser aplicado deve ser o correspondente aos créditos trabalhistas.

A pretensão a uma reparação por dano moral não decorre do Código Civil, mas sim da Constituição, em seu art. 5º, incisos V e X.

Não estamos, dessa forma, frente a um Direito Civil, cuja competência é outorgada à Justiça do Trabalho em decorrência das partes, empregado e empregador, por força do art. 114, considerando-se outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho.

Estamos sim, frente a um Direito Constitucional Trabalhista, se decorrer da relação de trabalho, e Civil, se for uma ação entre as partes não envolvidas na órbita trabalhista, direito que pode ser acionado, tanto pelo trabalhador, quanto pela

⁹⁹ BRASIL. Constituição Federal - Código Civil – Código de Processo Civil. Organizador Yussef Said Cahali. 9. ed. ver. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2007.

pessoa comum, resguardando-se a competência e o prazo prescricional, de acordo com as partes e a relação dele derivada.

Assim, quando o dano moral decorre da relação de trabalho, estamos de frente a um ilícito trabalhista e não um ilícito civil julgado na Justiça do Trabalho, e se esta ilegalidade é decorrente da relação de emprego, e se dela surge um crédito, evidentemente que trabalhista, o prazo prescricional, com todas as *vênias*, somente pode ser o aplicado aos créditos trabalhistas, de acordo com o art. 7º da Constituição da República.¹⁰⁰

Constam nos Tribunais Regionais do Trabalho, acórdãos aplicando a prescrição nos termos da Constituição Federal. Nesse sentido, apresenta-se os acórdãos dos TRT's da 13ª e 9ª Região:

RECURSO DO AUTOR. DANO MORAL. PRESCRIÇÃO. INCIDÊNCIA DA REGRA PREVISTA NO ART. 7º, XXIX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Na Justiça do Trabalho, o pedido de reparação por danos morais decorrentes da relação de emprego sujeita-se às regras de prescrição estabelecidas no art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, e não àquelas previstas no Código Civil. Na espécie, em se constatando que a demanda fora proposta após o decurso da prescrição total, impossível acolher o pedido do autor quanto ao afastamento da prescrição pronunciada pelo Juízo de primeiro grau.¹⁰¹

DANO MORAL – PRESCRIÇÃO. A indenização do dano moral, na Justiça do Trabalho, é considerada crédito trabalhista por ser decorrente da violação de um direito imaterial do trabalhador, durante uma relação de emprego ou de trabalho. Sendo crédito trabalhista, esta indenização fica sujeita a prescrição biennial prevista no art. 7º, inciso XXIX da Carta política de 1988.¹⁰²

5.2.2 Da corrente que entende ser aplicável a prescrição instituída no Código Civil

Inicialmente, vale frisar, dentre as características dos direitos da personalidade, está a imprescritibilidade. Essa imprescritibilidade diz respeito apenas ao exercício dos direitos, não açambarcando a pretensão à reparação dos danos causados a esse direito, a qual poderá sofrer os efeitos da prescrição.

Sobre a imprescritibilidade dos direitos fundamentais, assim se manifestou José Afonso da Silva:

¹⁰⁰ MACIEL, José Alberto Couto. **Prescrição do dano moral na Justiça do Trabalho**. Revista Justiça do Trabalho. Ano 21 – nº 243 – março de 2004. HS Editora LTDA.

¹⁰¹ PARAÍBA. Tribunal Regional do Trabalho, 13ª Região. RO-01892.2005.022.13.00-5. Recurso Ordinário. Recorrente: Flaviano Ribeiro Da Silva. Recorrida: São Braz S/A Indústria e Comércio de Alimentos. Relator: Desembargador Francisco de Assis Carvalho e Silva. João Pessoa, 31 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.trt13.gov.br/engine/subinternafrm.php?tit=Ferramenta%20de%20Busca&titback=Consulta%20Processual&pag=http://www.trt13.gov.br/luceneweb&pagback=conprotrt>>. Acesso em: 20 set. 2006.

¹⁰² FELKER, Reginaldo Delmar Hintz, *op. cit.*, p. 46.

O exercício de boa parte dos direitos fundamentais ocorre só no fato de existirem reconhecidos na ordem jurídica. Em relação a eles não se verificam requisitos que importem em sua prescrição. Vale dizer, nunca deixam de ser exigíveis. Pois prescrição é um instituto jurídico que somente atinge, coarctando, a exigibilidade dos direitos de caráter patrimonial, não a exigibilidade de direitos personalíssimos, ainda que não individualistas, como é o caso. Se são sempre exercíveis e exercidos, não há intercorrência temporal de não exercício que fundamente a perda da exigibilidade pela prescrição.¹⁰³

O art. 7º, inciso XXIX da Constituição Federal faz alusão a prescrição trabalhista, a qual se aplica aos “créditos resultantes das relações de trabalho”. Ocorre que a reparação por dano moral, mesmo praticado em face da relação de emprego, não constitui crédito trabalhista *stricto sensu*, mas sim de natureza civil, decorrente de ato ilícito que atinge a personalidade, a honra, a intimidade etc., da pessoa, ensejando, portanto, uma ação de natureza pessoal. Assim, tal reparação não se trata de crédito, pois não há possibilidade de indenização no sentido de restauração do *status quo ante*, havendo sim uma reparação/compensação para o ofendido e uma punição para o ofensor.

Em consonância com o apresentado, o juslaboralista Raimundo Simão de Melo pontifica que:

Ao tratar da prescrição trabalhista, a Constituição Federal (art. 7º, inciso XXIX) refere-se a “créditos resultantes das relações de trabalho”. Entretanto, a reparação do dano moral, mesmo praticado em face da relação de emprego, não constitui crédito trabalhista *stricto sensu*. Aliás, nem de crédito se trata, quanto mais de crédito trabalhista.¹⁰⁴

Aderindo a lição acima, o excelentíssimo Juiz do Trabalho do TRT da 18ª Região, Rodrigo Dias da Fonseca, informou que:

[...] os direitos trabalhistas, assegurados em lei e objeto da regra traçada no art. 7º, XXIX, da Constituição, possuem natureza jurídica patrimonial, ao passo que a indenização por danos morais decorre de lesão a direito da personalidade, de natureza não patrimonial, a justificar a distinção das normas de regência entre cada caso¹⁰⁵.

¹⁰³ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 21ª ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2002, p. 181.

¹⁰⁴ MELO, Raimundo Simão de. **Prescrição do dano moral no Direito do Trabalho**: um novo enfoque. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 709, 14 jun. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6867>>. Acesso em: 23 jun. 2006.

¹⁰⁵ FONSECA, Rodrigo Dias da. **Danos morais e materiais na Justiça do Trabalho: prazo prescricional**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1291, 13 jan. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9367>>. Acesso em: 06 fev. 2007.

Ainda, deve-se considerar as disposições constantes no Estatuto Consolidado, em seu artigo 8º, parágrafo único¹⁰⁶, o qual dispõe sobre a aplicação subsidiária do direito comum ao direito do trabalho. De acordo com o citado dispositivo, o Juiz estaria autorizado, em caso de omissão de leis trabalhistas, a resolver a lide de acordo com normas importadas do Direito Civil. Após a promulgação da CF/88, o STF não tardou em analisar o art. 114, se manifestando pela aplicação subsidiária do Direito Civil ao Direito do trabalho:

Justiça do Trabalho. Competência. Constituição, art. 114: ação de empregado contra empregador, visando a observância das condições negociais da promessa de contratar formulado pela empresa em decorrência da relação de trabalho.

1. **Compete à Justiça do Trabalho** julgar demanda de servidores do Banco do Brasil para compelir a empresa ao cumprimento da promessa de vender-lhes em dadas condições de preço e modo de pagamento, apartamentos que, assentindo em transferir-se para Brasília, aqui viessem a ocupar, por mais de cinco anos, permanecendo a seu serviço exclusivo e direto.

2. A determinação de competência da Justiça do Trabalho **não importa que dependa a solução da lide de questões de direito civil**, mas sim, no caso, que a promessa de contratar, cujo alegado conteúdo é o fundamento do pedido, tenha sido feita em razão da relação de emprego, inserindo-se no contrato de trabalho" (grifos nossos).¹⁰⁷

Analisando essa notável jurisprudência, a qual se apresenta em consonância com os acórdãos apresentados no capítulo anterior (STF, RE n. 238734, São Paulo, Ac. 1ª Turma, Relator. Min. Sepúlveda Pertence; STF, RE-AgR 408381, Rio de Janeiro, Ac. 2ª Turma, Relator: Min. Carlos Velloso)¹⁰⁸, conclui-se que a natureza da matéria não determina a competência da Justiça Laboral, sendo que, também, a competência material não fixa o prazo prescricional da ação. Num outro dizer, não existe relação entre prescrição e competência *ratione materiae*, pois esta é decorrente do direito processual, enquanto a prescrição é

¹⁰⁶ Art. 8º - As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

Parágrafo único - O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste.

¹⁰⁷ BRASIL. Superior Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Processual Civil. CJ 6959 / DF; Conflito de Jurisdição. Suscitante: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Brasília. Suscitado: Tribunal Superior do Trabalho. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Brasília, 23 de maio de 1990. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

¹⁰⁸ JUSTIÇA DO TRABALHO: COMPETÊNCIA: ação de reparação de danos decorrentes da imputação caluniosa irrogada ao trabalhador pelo empregador a pretexto de justa causa para a despedida e, assim, decorrente da relação de trabalho, não importando deva a controvérsia ser dirimida à luz do Direito Civil. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. TRABALHO. COMPETÊNCIA: JUSTIÇA DO TRABALHO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO: DANOS MORAIS. C.F., art. 114. I. - Ação de reparação de danos morais decorrentes da relação de emprego: competência da Justiça do Trabalho: C.F., art. 114. Na fixação da competência da Justiça do Trabalho, em casos assim, não importa se a controvérsia tenha base na legislação civil. O que deve ser considerado é se o litígio decorre da relação de trabalho. II. - R.E. conhecido e provido. Agravo não provido.

pertence ao direito material, não se justificando, desse modo, a aplicação da prescrição trabalhista ao dano moral ocorrido na relação de trabalho.

Além disso, na Justiça do Trabalho há casos em que a prescrição aplicada não é a trabalhista. É o que ocorre, por exemplo, com o não recolhimento do FGTS que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 23 da Lei 8.036/90¹⁰⁹, tem prazo prescricional trintenário para se pleitear a devida regularização. Junta-se como substrato, a súmula 362 do TST:

É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.¹¹⁰

Existe, ainda, outro argumento apontado pela doutrina justificando a aplicação do prazo prescricional constante no Código Civil. É o princípio protecionista, o qual, levando em consideração a hipossuficiência econômica e subordinação do empregado em relação ao empregador, busca dar àquele uma tutela jurisdicional mais acentuada.

Sobre o assunto, importa expor o pensamento do mestre Sérgio Pinto Martins:

Temos como regra que se deve proporcionar uma forma de compensar a superioridade econômica do empregador em relação ao empregado, dando a este último superioridade jurídica. Esta é conferida ao empregado no momento em que se dá ao trabalhador a proteção que lhe é dispensada por meio de lei.

Pode-se dizer que o princípio da proteção pode ser desmembrado em três: (a) o *in dubio pro operario*; (b) o da aplicação da norma mais favorável ao trabalhador; (c) o da aplicação da condição mais benéfica ao trabalhador.

Na dúvida, deve-se aplicar a regra mais favorável ao trabalhador ao se analisar um preceito que encerra regra trabalhista, o *in dubio pro operario*.

A regra da norma mais favorável está implícita no caput do art. 7º da Constituição, quando prescreve “além de outros que visem à melhoria de sua condição social”.

A aplicação da norma mais favorável pode ser dividida de três maneiras: (a) a elaboração da norma mais favorável, em que as novas leis devem dispor de maneira mais benéfica ao trabalhador. Com isso se quer dizer que as novas leis devem tratar de criar regras visando à melhoria da condição social do trabalhador; (b) **a hierarquia das normas jurídicas: havendo várias normas jurídicas a serem aplicadas numa escala hierárquica, deve-se observar a que for mais favorável ao trabalhador.** Assim, se o adicional de horas extras previsto em norma coletiva for superior ao previsto na lei ou na Constituição, deve-se aplicar o adicional da

¹⁰⁹ Art. 23. Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a verificação, em nome da Caixa Econômica Federal, do cumprimento do disposto nesta lei, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, notificando-os para efetuarem e comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada.

[...] § 5º O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas rege-se pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.

¹¹⁰ BRASIL. Súmula 362 do TST. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 25.03.07.

primeira. A exceção à regra diz respeito a normas de caráter proibitivo; (c) a interpretação da norma mais favorável: da mesma forma, havendo várias normas a se observar, deve-se aplicar a regra mais benéfica ao trabalhador. O art. 620 da CLT prescreve que “as condições estabelecidas em convenção, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em acordo”. A *contrario sensu*, as normas estabelecidas em acordo coletivo, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva.

A condição mais benéfica ao trabalhador deve ser entendida como o fato de que as vantagens já conquistadas, que são mais benéficas ao trabalhador, não podem ser modificadas para pior [...]. (grifo nosso).¹¹¹

Assim, para doutrinadores como Raimundo Simão de Melo¹¹², a solução para a celeuma quanto à prescrição do dano moral trabalhista, merece enfoque norteador pelo aludido princípio, visando-se assim a aplicação do Código Civil ao invés do prazo prescricional trabalhista estipulado no art. 7º, inc. XXIX da Constituição Federal. Desse modo, este doutrinador entende que deve ser aplicado o prazo de vinte anos durante a vigência do Código Civil de 1916, sendo aplicado o prazo de dez anos durante a vigência do atual Código Civil, conforme previsão do art. 205¹¹³.

Nota-se que esse prazo de 10 anos se refere aos casos em que a lei não haja fixado prazo menor. Ocorre que o art. 206, §3º, inc. V do Código Civil¹¹⁴ fixa o prazo de 3 anos para os casos de reparação civil. Porém, o citado doutrinador informa que a hipótese em tela (dano moral ocorrido na relação de trabalho) não se trata de reparação civil *stricto sensu*, pois esta é inerente ao dano patrimonial material.

Destarte, não se tratando de direito trabalhista nem civil, e sim de direitos personalíssimos de natureza constitucional (art. 5º, inc. V e X da CF/88¹¹⁵), aplica-se, por exclusão, o prazo de dez anos disposto no art. 205 do Código Civil.

¹¹¹ MARTINS, Sergio Pinto, *op. cit.*, p. 41.

¹¹² MELO, Raimundo Simão de, *op. cit.*, p. 65.

¹¹³ Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

¹¹⁴ Art. 206. Prescreve:

[...] § 3º Em três anos:

[...] V - a pretensão de reparação civil;

¹¹⁵ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...] X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Rodrigo Dias da Fonseca, Juiz do Trabalho do TRT da 18ª Região, também se posiciona pela aplicação da prescrição disposta no Código Civil, porém informa que o prazo a ser aplicado é o de 3 anos, referente à reparação civil:

Não obstante as particularidades do dano material ou moral trabalhista, a sua respectiva indenização, a meu ver, ostenta natureza civil.

[...]

Desse modo, embora o dano material e o dano moral encontrem matizes específicos no Direito do Trabalho, a indenização propriamente dita resulta de normas de Direito Civil, ostentando, portanto, natureza de crédito não-trabalhista.

[...]

Destarte, concluímos, neste ponto, pelas razões expostas, que a prescrição civil deve regular a hipótese versada. Resta, a título de arremate, delinear rapidamente a prescrição civil aplicável ao caso.

Sob a égide do Código Civil de 1916, o prazo prescricional seria de vinte anos (art. 177). **O novo Código reduziu-o para apenas três anos** (art. 206, § 3º, V) (grifo nosso)¹¹⁶.

Concordando com a lição acima externada, o Excelentíssimo Juiz do Trabalho da 23ª Região, André Araújo Molina, informou:

Se o dano ocorreu na vigência do Código Civil de 1916, até 10.01.2003, a prescrição aplicável é a vintenária do artigo 177 do antigo diploma; por outro lado, se o dano ocorreu já na vigência do novel diploma, a prescrição é aquela de três anos para as ações de responsabilidade civil do inciso V do § 3º do artigo 206.¹¹⁷

Para este autor, o prazo prescricional de três anos é que melhor se amolda a recente alteração da competência da Justiça do Trabalho. Como informado no capítulo anterior, a EC 45/2004 ampliou a competência dessa especializada de modo a abranger as relações de trabalho *latu sensu*, englobando, assim, o trabalho autônomo, trabalho eventual, avulso, dentre outras modalidades de pactuação. Forçoso admitir que essa modificação de competência tem o condão de modificar as normas da relação jurídica material, modificando o prazo prescricional a ser aplicado. Esse é o entendimento de André Araújo Molina:

Com solar clareza: **a alteração constitucional do artigo 114 em nada alterou as regras materiais a serem aplicadas nos julgamentos das ações não-empregatícias que eram julgadas sob o manto do Código Civil pela Justiça Comum e que agora devem ser julgadas com os mesmos fundamentos materiais pela Justiça do Trabalho**, apenas ressaltando que quanto a este ramo do Judiciário será aplicada a maior sensibilidade e a percuciência social que o magistrado trabalhista carrega em sua formação, talvez este detalhe seja o que mais foi levado em conta para a ampliação da competência. O juiz do trabalho

¹¹⁶ FONSECA, Rodrigo Dias da, *op. cit.*, p. 65.

¹¹⁷ MOLINA, André Araújo. **A prescrição das ações de responsabilidade civil na Justiça do Trabalho**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1378, 10 abr. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9698>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

interpretará as normas da legislação civil com o viés social e humanitário, no entanto não passará a aplicar regra material diversa pelo simples fato da alteração de competência. (grifo nosso)¹¹⁸

Para os defensores dessa corrente, está a se preservar a aplicação do princípio da igualdade, com aplicação do prazo prescricional de 3 anos ao dano moral ocorrido tanto na relação de emprego como nas demais relações de trabalho. Sobre o assunto, assim se manifestou Rodrigo Dias da Fonseca em um exemplo esclarecedor:

[...] a título ilustrativo, afigure-se a situação em que um empregado e um representante comercial, vinculados por laços jurídicos distintos ao mesmo empresário, houvessem sido submetidos ao mesmo constrangimento, na mesma ocasião (v.g., ofensas verbais ou agressão física do empresário ou de seus prepostos). É insustentável a aplicação de diferentes prazos prescricionais a uma e outra ação ajuizadas pelos trabalhadores, apenas porque um deles é empregado e o outro não, quando ambos sofreram idêntico dano, no mesmo momento, perpetrado e indenizável pela mesma pessoa.

Interpretação contrária, a nosso sentir, representaria fissura ao princípio da igualdade, garantia fundamental encartada na Constituição (art. 5º, caput)[...]¹¹⁹

Por fim, salienta-se que, para aplicação do prazo prescricional disposto no Código Civil, deve-se observar a regra de transição disposta no art. 2028, o qual informa que “serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada”.

Nos Tribunais Regionais do Trabalho também consta aplicação do prazo prescricional estipulado no Código Civil. Nesse sentido, apresentam-se os acórdãos dos TRT's da 20ª e 21ª Região:

DANO MORAL – PRESCRIÇÃO – OFENSA A DIREITOS DE PERSONALIDADE – APLICAÇÃO DO ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL. A prescrição a ser aplicada ao pedido de indenização por danos morais é aquela prevista no art. 205 do Código Civil, de 10 anos, haja vista que o dano, além de extrapolar a esfera trabalhista violando direitos da personalidade e, portanto, interessando não somente ao ofendido mas a toda sociedade, a indenização respectiva não tem sentido de reparação, mas de “compensação”, ao ofendido, e punição ao responsável pelo ato, com o objetivo de desencorajá-lo a práticas semelhantes.¹²⁰

¹¹⁸ MOLINA, André Araújo, *op. cit.*, p. 69.

¹¹⁹ FONSECA, Rodrigo Dias da, *op. cit.*, p. 65.

¹²⁰ SERGIPE. Tribunal Regional do Trabalho, 20ª Região. RO-01087-2005-002-20-00-9. Recurso Ordinário. Recorrente: Bahiana Distribuidora de Gás LTDA. Recorrido: Nara Lima de Almeida Souza. Relator: Desembargador Eliseu Pereira do Nascimento. Aracaju, 04 de julho de 2006. Disponível em: < http://www.trt20.gov.br:7780/php/index.php?comp=consultas&bases=cons_juris_principal>. Acesso em: 20 set. 2006.

Dano Moral – Em sendo o dano moral resultante de relação de emprego é competente a Justiça do Trabalho para apreciar o pedido formulado. Embora a competência seja da Justiça Obreira, a prescrição a ser aplicada é a do Código Civil, por não se tratar de verba trabalhista propriamente dita.¹²¹

5.2.3 Da atual jurisprudência do TST

Como visto anteriormente, a divergência jurisprudencial entre a SDI-I e SDI-II gerou esse imbróglio doutrinário acima apresentado.

Contudo, tornou-se sedimentada a prescrição trabalhista no TST. Tanto é assim, que até a SDI-I modificou recentemente seu entendimento, a partir de novembro de 2006, deixando de aplicar a prescrição instituída pelo Código Civil, passando a adotar o prazo estabelecido no artigo 7º, XXIX, da CF/88:

PREScrição - DANO MORAL - RELAÇÃO DE EMPREGO ARTIGO 7º, XXIX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL APLICABILIDADE. O direito material, ou seja, a proteção jurídica à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas está prevista na Constituição Federal e, igualmente, no Código Civil, sendo certo que a violação desses valores resulta no dever de indenizar a parte ofendida (art. 5º, X, da Constituição Federal, c/c art. 186 do CCB). Este contexto normativo, de natureza constitucional e legal, se refere ao direito material, que não deve ser confundido com o direito de ação para pleiteá-los em Juízo, observada a sua fonte geradora. Se o pedido de indenização por dano moral esta assentado em uma relação de trabalho, portanto, decorrente de um contrato de trabalho, **o exercício do direito de ação subordina-se à observância da prescrição do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal**. Recurso de embargos não conhecido (grifo nosso).¹²²

EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL NA RELAÇÃO DE TRABALHO. PRESCRIÇÃO APLICÁVEL. O artigo 205 do atual Código Civil, ao dispor que a prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor, remete o disciplinamento da matéria em epígrafe à legislação trabalhista, porque o tema, no contexto do pacto de emprego, é realmente de natureza trabalhista e atende àquela força atrativa do processo do trabalho que decorre da autonomia do Direito Processual do Trabalho, e da própria Justiça do Trabalho, à qual o legislador constituinte confiou o exame de relevantes temas e matérias. Nesse sentido, **o prazo prescricional para se pleitear reparação por dano moral decorrente do contrato de trabalho é o previsto no artigo 7º, XXIX, da CF** [...] Recurso de embargos parcialmente conhecido e provido. (grifo nosso).¹²³

¹²¹ FELKER, Reginaldo Delmar Hintz, *op. cit.*, p. 46.

¹²² BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, SDI-I. E-ED-RR - 96752/2003-900-01-00. Embargos em Embargos de Declaração em Recurso de Revista. Embargante: Carlos Alberto Cavalcanti de Oliveira. Embargada: Alitalia Linee Aeree Italiane S.P.A. Relator: Min. Milton De Moura França. Brasília, 28 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

¹²³ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, SDI-I. E-ED-RR - 72891/2003-900-03-00. Embargos em Embargos Declaratórios em Recurso de Revista. Embargante: Condomínio Rodrigues da Cunha Guaritá Center Shopping. Embargada: Olinda Cunha Prado. Relator: Min. Horácio Senna Pires. Brasília, 28 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2007.

Da mesma forma, a 1ª Turma do TST que havia se pronunciado pela prescrição do Código Civil em vários acórdãos (RR - 59.744/2002-900-06-00.1, RR - 2309/2001-041-03-00, RR - 1189/2003-100-03-00, RR - 1196/2005-010-18-00), e até março de 2007 manteve esse posicionamento conforme o RR - 1987/2002-042-15-00¹²⁴, passou a acatar posteriormente, a partir de abril de 2007, a prescrição trabalhista:

RECURSO DE REVISTA. NÃO-CONHECIMENTO. PRESCRIÇÃO. DANO MORAL. INCIDÊNCIA DO ART. 896, § 4º, DA CLT E DA SÚMULA 333 DO TST. Decisão recorrida no sentido de declarar a prescrição prevista no art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, em reclamação trabalhista que contenha pedido de indenização por danos morais decorrente da relação de emprego, no caso específico - em razão da desconfiguração de justa causa. A tese sustentada pelo recorrente (aplicação da prescrição civil art. 205, CC) encontra-se superada pela jurisprudência dominante nesta Corte, sendo aplicável o art. 896, § 4º, da CLT e os termos da Súmula 333 do TST. (Precedentes: E-ED-RR-96752/2003-900-01-00.7, Rel. Min. Moura França, DJ 23/2/2007; RR-1310/2005-132-17-00.4, Rel. 4ª Turma, Rel. Min. Barros Levenhagem, DJ 2/3/2007; RR-146/2005-026-04-00.9, Rel. Min. Brito Pereira, RR-686/2001-015-15-00.5, Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, DJ 5/4/2003, ambos da 5ª Turma; RR-235/2002-001-24-00.7, 4ª Turma, Rel. Min. Moura França, DJ 8/10/2004, RR-1598/2003-019-03-00.3, 3ª Turma, Rel. Min. Maria Cristina Peduzzi). 2. PRESCRIÇÃO MARCO INICIAL DESFUNDAMENTAÇÃO. Não consta das razões recursais indicação de divergência jurisprudencial quanto à tese do marco inicial da contagem do prazo prescricional a partir do trânsito em julgado de decisão que afasta a justa causa, nem indicação de ofensa a dispositivo legal. Recurso de revista não conhecido.¹²⁵

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DANO MORAL PRESCRIÇÃO ART. 7º, XXIX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Tratando-se de pretensão ao recebimento de parcelas oriundas de dano moral decorrente da relação de trabalho firmada entre empregado e empregador, **o prazo prescricional incidente à espécie é o do art. 7º, XXIX, da Constituição Federal**, consoante entendimento sedimentado no Tribunal Superior do Trabalho. Incidência da Súmula nº 333 do TST. Agravo de instrumento desprovido. Incidência da Súmula nº 333 do TST. Agravo de instrumento desprovido (grifo nosso).¹²⁶

¹²⁴ PRESCRIÇÃO. DANO MORAL E MATERIAL TRABALHISTA. 1. O prazo de prescrição do direito de ação de reparação por dano moral e material trabalhista é o previsto no Código Civil. 2. À Justiça do Trabalho não se antepõe qualquer obstáculo para que aplique prazos prescricionais diversos dos previstos nas leis trabalhistas, podendo valer-se das normas do Código Civil e da legislação esparsa. 3. De outro lado, embora o dano moral trabalhista encontre matizes específicos no Direito do Trabalho, a indenização propriamente dita resulta de normas de Direito Civil, ostentando, portanto, natureza de crédito não-trabalhista. 4. Por fim, a prescrição é um instituto de direito material e, portanto, não há como olvidar a inarredável vinculação entre a sede normativa da pretensão de direito material e as normas que regem o respectivo prazo prescricional. 5. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, 1ª Turma. RR - 1987/2002-042-15-00. Recurso de Revista. Recorrente: Valdir Henrique Ferreira. Recorrida: Transportadora Lizar LTDA. Relator: Min. João Oreste Dalazen. Brasília, 21 de março de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

¹²⁵ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, 1ª Turma. RR - 328/2003-024-01-00. Recurso de Revista. Recorrente: Jorge Batista. Recorrido: UNIBANCO União de Bancos Brasileiros S.A. Relator: Juíza convocada Dora Maria da Costa. Brasília, 18 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

¹²⁶ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, 1ª Turma. AIRR - 7278/2003-002-09-41. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista. Agravante: Débora Léia dos Santos. Agravada: Brasil Telecom S/A TELEPAR. Relator: Min. Vieira de Mello Filho. Brasília, 23 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

Igualmente foram as decisões da 4ª, 5ª e 6ª Turma do TST, as quais se mostram esclarecedoras:

DANO MORAL DECORRENTE DA RELAÇÃO DE EMPREGO PRESCRIÇÃO APLICÁVEL. Se a postulação de indenização por danos morais é feita sob o fundamento de que a lesão decorreu da relação de trabalho, o caráter trabalhista perpassa também a indenização relativa aos danos sofridos, não havendo como se pretender a aplicação do prazo prescricional de 20 anos, previsto no Direito Civil (CC de 1916, art. 177). Nessa linha, como o fundamento do pedido de indenização por dano moral formulado na presente reclamatória repousa nas obrigações compreendidas pela relação de trabalho havida entre as partes, atrai, a par da competência da Justiça do Trabalho (CF, art. 114, VI), **a prescrição própria dos créditos resultantes da relação laboral, nos moldes do art. 7º, XXIX, da CF, que é quinquenal, observada a bienal da extinção do contrato de trabalho**. Destarte, tendo o Regional pontuado que a ruptura do vínculo de emprego ocorreu em 26/01/98 e que a presente ação foi ajuizada somente em 12/08/02, revela-se pertinente o pronunciamento da prescrição, uma vez que o direito de ação não foi exercitado dentro do biênio prescricional da lesão do direito. Recurso de revista conhecido e desprovido. (grifo nosso) ¹²⁷

RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO. PRESCRIÇÃO. **A prescrição aplicável, tratando-se de dano moral decorrente da relação de emprego, é a prevista no art. 7º, inc. XXIX, da Constituição da República;** e não a estipulada no Código Civil. Recurso de Revista de que se conhece e a que se nega provimento.[...] Da mesma forma, **a jurisprudência dominante nesta Corte é no sentido de que a prescrição aplicável, tratando-se de dano moral decorrente da relação de emprego, é a prevista no art. 7º, inc. XXIX, da Constituição da República,** e não a estipulada no Código Civil. (grifos nossos) ¹²⁸

RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL. PRESCRIÇÃO APLICÁVEL. Em se tratando de dano moral decorrente da relação de emprego, é competente a Justiça do Trabalho para apreciar o pedido de indenização, e **a prescrição aplicável é a do artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, ou seja, o autor tem dois anos após a extinção do contrato de trabalho para ajuizar a ação visando o pagamento da indenização, respeitado o prazo de cinco anos quando o suposto dano ocorrer na vigência do contrato**. Proposta a ação quando já ultrapassado o quinquênio posterior ao acidente, resta prescrita a pretensão ao pagamento da indenização correspondente. Recurso de revista conhecido e não provido. (grifo nosso) ¹²⁹

¹²⁷ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, 4ª turma. RR - 3/2006-036-03-00. Recurso de Revista. Recorrente: Hélio Cruz de Almeida. Recorrido: Banco Itaú S.A. Relator: Min. Ives Gandra Martins Filho. Brasília, 30 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2007.

¹²⁸ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, 5ª turma. RR-518/2004-002-03-00.1. Recurso de Revista. Recorrente: Ronaldo Baptista Berger. Recorrido: MIP Engenharia S.A e Companhia Brasileira Carburto de Cálcio. Relator: Min. João Batista Brito Pereira. Brasília, 9 de março de 2005. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2007.

¹²⁹ BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, 6ª turma. RR - 14/2006-071-03-00. Recurso de Revista. Recorrente: Sérgio Mário Rodrigues. Recorridos: Itair Antunes, Araguaia Engenharia LTDA. e Município de São Gotardo. Relator: Min. Aloysio Corrêa da Veiga. Brasília, 30 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

Ainda, no mesmo sentido: 2ª TURMA-TST-AIRR-1486/2001-104-03-00.0¹³⁰, 3ª TURMA-TST-RR-783/2004-091-09-00.6¹³¹ e SDI-II-TST-ROAG-1.426/2002-000-15-00.9¹³².

Assim, nota-se que houve a pacificação da jurisprudência do TST, estando todas as Turmas e Subseções de acordo que a prescrição aplicável deve ser a exposta no inc. XXIX do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

De todo o exposto, analisando tanto a visão doutrinária como jurisprudencial, observa-se que são visivelmente mais sólidos os fundamentos jurídicos indicados pela corrente doutrinária em favor do prazo civil, ainda mais para os apóiam o prazo de 10 anos, pois está a se observar um princípio basilar da Justiça do Trabalho, qual seja, o princípio protecionista.

É fato que a divergência inicial entre as Subseções do TST, bem como a existência das citadas correntes sobre o assunto, influenciaram as decisões dos Tribunais Regionais, de

¹³⁰ AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL. IMPUTAÇÃO DE CRIME AO EMPREGADO. PRESCRIÇÃO. O pedido de indenização por dano moral feito pelo Autor decorre da relação de trabalho havida com o HSBC, portanto, é incontestável que a presente Ação rege-se pelas normas trabalhistas, donde se conclui que a prescrição aplicável é a bial, prevista no art. 7º, XXIX, da Carta Magna. Logo, não há falar-se em violação ao art. 177, do antigo Código Civil. E também não há falar-se em afronta ao art. 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, uma vez que tais dispositivos nem sequer tratam de prescrição. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, 2ª Turma. AIRR - 1486/2001-104-03-00. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista. Agravante: Fernando da Cunha Cabral. Agravado: HSBC BANK BRASIL S.A. Relator: Josenildo dos Santos Carvalho - Juiz Convocado. Brasília, 06 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2007.

¹³¹ RECURSO DE REVISTA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PRESCRIÇÃO INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO CIVIL. Aplica-se a prescrição bial, prevista no art. 7º, XXIX, da Constituição da República, às pretensões resultantes das relações de trabalho. Precedentes da SBDI-1, SBDI-2 e das Turmas do TST. PRESCRIÇÃO TERMO INICIAL ÔNUS DA PROVA. O Eg. Tribunal Regional entendeu que não restou demonstrado o fato alegado pelo Reclamante, qual seja, o conhecimento da existência de lista negra em que figurou, posteriormente à sua emissão. A teor do inciso I do art. 333 do CPC, compete ao Autor a demonstração do fato constitutivo de seu direito, não havendo falar em violação. Recurso de Revista não conhecido.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, 3ª turma. RR - 783/2004-091-09-00. Recurso de Revista. Recorrente: Luiz Aparecido Bueno. Recorridas: COAMO Agroindustrial Cooperativa e EMPLOYER Organização De Recursos Humanos LTDA. Relator: Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi. Brasília, 6 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2007.

¹³² AÇÃO RESCISÓRIA. DANO MORAL. ACIDENTE DE TRABALHO. PRESCRIÇÃO. Tratando-se de pretensão de indenização por danos morais e materiais deduzida perante a Justiça do Trabalho, sob o fundamento de que a lesão decorreu da relação de trabalho, não há como se entender aplicável o prazo prescricional de 20 anos previsto no Código Civil, porquanto o ordenamento jurídico trabalhista possui previsão específica para a prescrição, cujo prazo, que é unificado, é de dois anos do dano decorrente do acidente de trabalho, conforme estabelece o artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal e o artigo 11 da Consolidação das Leis do Trabalho. Recurso ordinário a que se nega provimento.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho, SDI-II. ROAG - 1426/2002-000-15-00. Recurso Ordinário em Agravo Regimental. Recorrente: Joaquim Rodrigues de Jesus. Recorridas: Sulzer Brasil S.A. Relator: Min. Gelson de Azevedo. Brasília, 28 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2006.

modo que as jurisprudências destes não encontram eco unânime sobre o tema. Apesar disso, frisa-se, ficou demonstrado a pacificação entre as Turmas e Subseções do Tribunal Superior do Trabalho, adotando o prazo prescricional estabelecido no inciso XXIX do art. 7º da CF/88.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988 assegurou aos indivíduos a proteção dos direitos da personalidade (art. 5º, inc. X), da mesma forma que tratou como princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. III) e os valores sociais do trabalho (art. 1º, inc. IV). Assim, toda pessoa possui um patrimônio imaterial, cabendo ao Direito a proteção desse patrimônio através da imposição do dever de indenizar o prejuízo causado. É fato que nas relações sociais comuns surgem ofensas aos valores intrínsecos dos indivíduos, sendo que no ambiente de trabalho essas contendas tornam-se ainda mais efetivas, apontando-se como causa, a profunda modificação dos valores da sociedade, prevalecendo o interesse material sobre o moral.

Para proteção dos direitos das partes envolvidas em uma relação de trabalho, a atual Carta Magna trouxe em seu bojo dispositivo tratando da competência material da Justiça do Trabalho, restando aos estudiosos do direito o dever de interpretar a Lei Maior, a fim de fixar a exata competência dessa especializada quanto às questões alusivas ao dano ocorrido na relação de trabalho.

Fixada a competência da Justiça Obreira no art. 114 da Constituição Federal de 1988 em sua redação originária, surgiram divergências quanto à competência para julgar o dano moral ocorrido na relação de emprego.

A divergência quanto a essa questão remontou a época da promulgação da Constituição Federal de 1988, partilhando-se os entendimentos entre a competência da Justiça do Trabalho e a competência da Justiça Comum. Tal fato perdurou até 1990, quando o STF,

em acórdão histórico, se posicionou pela competência da Justiça Obreira, passando a haver então, consonância das decisões do Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior do Trabalho.

O TST, seguindo o raciocínio que a Justiça do Trabalho era competente para julgar o dano moral ocorrido na relação de emprego, incluiu também, no crivo da especializada, as ações alusivas ao dano moral decorrente de acidente de trabalho. Porém, o STF mostrou-se restritivo à competência da especializada, excluindo as questões de acidente laboral.

Nem mesmo a edição da EC. 45/2004, a qual ampliou significativamente a competência da Justiça do Trabalho, trazendo para seu crivo as relações de trabalho *latu sensu*, foi hábil em modificar o entendimento do STF.

A tormentosa questão só foi resolvida com o julgamento do Conflito de Competência 7.204-1 pelo STF, onde houve a revisão de seu posicionamento, acolhendo a competência da Justiça Obreira para as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho.

Assim, notou-se com o presente estudo que houve um enorme imbróglio jurisprudencial quanto à questão da competência para processar e julgar o dano moral trabalhista, o qual necessitou de mais de uma década de construção jurídica para ser pacificado, agradando, por fim, os estudiosos e aplicadores do direito.

Outra questão desafiadora, abordada no presente estudo, foi a celeuma estabelecida sobre o prazo prescricional alusivo ao dano moral ocorrido na relação de emprego.

O TST, em análise de tal questão, apresentou divergência dentro de suas Subseções. A SDI-II estendeu que deveria ser aplicado o prazo prescricional trabalhista estabelecido no inc. XXIX do art. 7º da Constituição Federal de 1988. Diferentemente, a SDI-I entendeu que a questão deveria ter aplicação da prescrição vintenária estabelecida pelo Código Civil de 1916.

Essa divergência dentro do órgão de cúpula da Justiça do Trabalho foi uma centelha que desencadeou uma inflamada discussão doutrinária.

Formaram-se então duas correntes doutrinárias a respeito do tema.

Uma que entende ser aplicável a prescrição trabalhista exposta no inc. XXIX do art. 7º da Constituição Federal de 1988, consistente no prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Outra que entende ser aplicável a prescrição exposta no Código Civil, sendo que dentro dessa corrente há os que se posicionam pelo prazo de três anos (art. 206, § 3º, inciso V) e outros que informam que o prazo é o de dez anos (art. 205, *caput*).

Apesar de permanecerem divididas a posição doutrinária e a jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho, houve a recente sedimentação da jurisprudência do TST pela prescrição trabalhista. A SDI-I, que primeiramente se posicionou pela aplicação do prazo prescricional do Código Civil, passou, a partir de novembro de 2006, a aplicar a prescrição estabelecida no artigo 7º, XXIX, da CF/88. Da mesma forma, a 1ª Turma do TST, que aplicava constantemente a prescrição do Código Civil em seus acórdãos até março de 2007, passou a acatar a partir de abril de 2007 a mesma posição da SDI-I.

Assim, restou demonstrado a atual pacificação entre as Turmas e Subseções do Tribunal Superior do Trabalho, adotando o prazo prescricional estabelecido no inciso XXIX do art. 7º da CF/88. Contudo, ressalta-se que a corrente que entende ser aplicável o prazo de 10 anos do Código Civil estabeleceu fortes fundamentos jurídicos, com observância inclusive de um princípio basilar da Justiça do Trabalho, qual seja, o princípio protecionista.

Por fim, salienta-se que a resistência doutrinária influencia as decisões dos TRT's, podendo a questão ainda ser revista pelo TST, pois a atual pacificação neste Tribunal não é garantia de permanência eterna da aplicação da prescrição trabalhista, ainda mais considerando o fato de ser recentíssima a mudança de entendimento de alguns órgãos deste Tribunal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Regula os direitos e obrigações de ordem privada concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações. Rio de Janeiro, 1º de Janeiro de 1916; 95º da Independência e 28º da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 03.06.06.

_____. Constituição Federal - Código Civil – Código de Processo Civil. Organizador Yussef Said Cahali. 9. ed. ver. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2007.

_____. Constituição Federal – Consolidação das Leis do Trabalho – Legislação Trabalhista e Previdenciária. Organizador Nelson Mannrich. 6. ed. rer. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2005.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 3ª Turma. Civil. REsp 251719 / SP. Recurso Especial. Recorrente: Argeu Aparecido Ricci. Recorrido: Pires Serviços de Segurança LTDA. Relator: Ministro Ari Pargendler. Brasília, 25 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://ww2.stj.gov.br/revistaelectronica/ita.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

_____. Superior Tribunal de Justiça. 4ª Turma. Civil. REsp 662659/ DF. Recurso Especial. Recorrente: Sebastião Francisco Camargo. Recorrido: Viação São Cristovão LTDA. Relator: Ministro Cesar Asfor Rocha. Brasília, 16 de agosto de 2005. Disponível em: <<https://ww2.stj.gov.br/revistaelectronica/ita.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

_____. Lei nº 9.799, de 26 de maio de 1999. Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências. Brasília, 26 de maio de 1999; 178º da Independência e 111º da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 13.01.07.

_____. Lei nº 9.029, de 13 de maio de 1995. Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. Brasília, 13 de abril de 1995; 174º da Independência e 107º da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 22.01.07, 21:29.

_____. Constituição Federal – Código de Processo Penal – Código Penal. Organizador Luiz Flávio Gomes. 5. ed. rer. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2003.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Segunda Seção. Processual Civil. CC 3931 / SP; Conflito de Competência 1992/0031236-5. Autor: Edson Ferreira da Silva. Réu: Fotoptica LTDA. Relator: Ministro Waldemar Zveiter. Brasília, 10 de fevereiro de 1993. Disponível em: <
<http://www.stj.gov.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?processo=3931&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=5>>. Acesso em: 28 mar. 2007.

_____. Superior Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Processual Civil. CJ 6959 / DF; Conflito de Jurisdição. Suscitante: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Brasília. Suscitado: Tribunal Superior do Trabalho. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Brasília, 23 de maio de 1990. Disponível em: < <http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

_____. Superior Tribunal Federal. Segunda Turma. Processual Civil. RE-ED 421455 / ES; Emb.Decl. no Recurso Extraordinário. Embargante: Maria Sebastiana Ribeiro Carneiro. Embargado: Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES S/A. Relator: Ministro Carlos Velloso. Brasília, 10 de outubro de 2004. Disponível em: <
<http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

_____. Superior Tribunal Federal. Segunda Turma. Processual Civil. RE-AgR 408381 / RJ; Recurso Extraordinário. Agravante: White Martins S/A. Agravado: Letícia Campanhã Rodrigues dos Santos e outros. Relator: Ministro Carlos Velloso. Brasília, 23 de março de 2004. Disponível em: < <http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

_____. Súmula 392 do TST. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 25.03.07.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. SDI-II. Processual do Trabalho. ROAR - 51691/2002-900-03-00; Recurso Ordinário em Ação Rescisória. Recorrente: AFL do Brasil LTDA. Recorrido: Rafael Gabriel Nassar. Relator: Ministro Barros Levenhagen. Brasília, 25 de março de 2003. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. 4ª Turma. Processual do Trabalho. RR - 638/2002-011-12-00; Recurso de Revista. Recorrente: Jorge Fernandes. Recorrido: Arco Stahl Galpões Pré-Fabricados LTDA. Relator: Ministro Barros Levenhagen. Brasília, 17 de março de 2004. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2007.

_____. Superior Tribunal Federal. Segunda Turma. Processual Civil. RE 345486 / SP; Recurso Extraordinário. Recorrente: Viação Aérea São Paulo S/A - VASP. Recorrida: Juliana Campos Mendonça. Relatora: Ministra Ellen Gracie. Brasília, 07 de outubro de 2003. Disponível em: < <http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

_____. Superior Tribunal Federal. Quarta Turma. Processual Civil. RE-AgR 388227 / SP AG.REG. no Recurso Extraordinário. Agravante: Rolamentos Fag LTDA. Agravado: José Edenilson Soares. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Brasília, 18 de maio de 2004.

Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

_____. Informativo 379 (RE-438639). Disponível em: <http://gemini.stf.gov.br/cgi-bin/nphbrs?d=INFO&s1=379&u=http://www.stf.gov.br/noticias/informativos/default.asp&Sect1=IMAGE&Sect2=THESOFF&Sect3=PLURON&Sect6=INFON&p=2&r=24&f=G&l=20>. Acesso em: 25.03.07.

_____. Superior Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Processual Civil. CC 7204 / MG; Conflito de Competência. Suscitante: Tribunal Superior do Trabalho. Suscitado: Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais. Relator: Ministro Carlos Britto. Brasília, 29 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, SBDI-2. ROAR - 39274/2002-900-03-00. Recurso Ordinário em Ação Rescisória. Recorrente: Luiz Eduardo de Almeida. Recorrido: Banco do Brasil S.A. Relator: Min. Ives Gandra Martins Filho. Brasília, 12 de novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, SBDI-1. E-RR-08871/2002-900-02-00.4. Embargos em Recurso de Revista. Embargante: Lauro Barros de Abreu. Embargado: Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ. Relator: Min. Lélío Bentes Corrêa. Brasília, 16 de fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

_____. Superior Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Processual Civil. CJ 6959 / DF; Conflito de Jurisdição. Suscitante: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Brasília. Suscitado: Tribunal Superior do Trabalho. Relator: Ministro Sepúlveda Pertence. Brasília, 23 de maio de 1990. Disponível em: < <http://www.stf.gov.br/jurisprudencia/nova/pesquisa.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

_____. Súmula 362 do TST. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 25.03.07.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, SDI-I. E-ED-RR - 96752/2003-900-01-00. Embargos em Embargos de Declaração em Recurso de Revista. Embargante: Carlos Alberto Cavalcanti de Oliveira. Embargada: Alitalia Linee Aeree Italiane S.P.A. Relator: Min. Milton De Moura França. Brasília, 28 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 16 fev. 2007.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, SDI-I. E-ED-RR - 72891/2003-900-03-00. Embargos em Embargos Declaratórios em Recurso de Revista. Embargante: Condomínio Rodrigues da Cunha Guaritá Center Shopping. Embargada: Olinda Cunha Prado. Relator: Min. Horácio Senna Pires. Brasília, 28 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2007.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, 1ª Turma. RR - 1987/2002-042-15-00. Recurso de Revista. Recorrente: Valdir Henrique Ferreira. Recorrida: Transportadora Lizar LTDA. Relator: Min. João Oreste Dalazen. Brasília, 21 de março de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, 1ª Turma. RR - 328/2003-024-01-00. Recurso de Revista. Recorrente: Jorge Batista. Recorrido: UNIBANCO União de Bancos Brasileiros S.A. Relator: Juíza convocada Dora Maria da Costa. Brasília, 18 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, 1ª Turma. AIRR - 7278/2003-002-09-41. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista. Agravante: Débora Léia dos Santos. Agravada: Brasil Telecom S/A TELEPAR. Relator: Min. Vieira de Mello Filho. Brasília, 23 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, 4ª turma. RR - 3/2006-036-03-00. Recurso de Revista. Recorrente: Hélio Cruz de Almeida. Recorrido: Banco Itaú S.A. Relator: Min. Ives Gandra Martins Filho. Brasília, 30 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2007.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, 5ª turma. RR-518/2004-002-03-00.1. Recurso de Revista. Recorrente: Ronaldo Baptista Berger. Recorrido: MIP Engenharia S.A e Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio. Relator: Min. João Batista Brito Pereira. Brasília, 9 de março de 2005. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2007.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, 6ª turma. RR - 14/2006-071-03-00. Recurso de Revista. Recorrente: Sérgio Mário Rodrigues. Recorridos: Itair Antunes, Araguaia Engenharia LTDA. e Município de São Gotardo. Relator: Min. Aloysio Corrêa da Veiga. Brasília, 30 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, 2ª Turma. AIRR - 1486/2001-104-03-00. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista. Agravante: Fernando da Cunha Cabral. Agravado: HSBC BANK BRASIL S.A. Relator: Josenildo dos Santos Carvalho - Juiz Convocado. Brasília, 06 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2007.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, 3ª turma. RR - 783/2004-091-09-00. Recurso de Revista. Recorrente: Luiz Aparecido Bueno. Recorridas: COAMO Agroindustrial Cooperativa e EMPLOYER Organização De Recursos Humanos LTDA. Relator: Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi. Brasília, 6 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2007.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, SDI-II. ROAG - 1426/2002-000-15-00. Recurso Ordinário em Agravo Regimental. Recorrente: Joaquim Rodrigues de Jesus. Recorridas: Sulzer Brasil S.A. Relator: Min. Gelson de Azevedo. Brasília, 28 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.tst.gov.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2006.

COSTA, Waldir de Oliveira da. **Dano moral nas relações laborais**. Curitiba: Juruá, 2004.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes; FAVA, Marcos Neves (Coord.). **Justiça do Trabalho: Competência Ampliada**. São Paulo: LTr, 2005.

FELKER, Reginaldo Delmar Hintz. **O dano moral, o assédio sexual nas relações de trabalho: frente à doutrina, jurisprudência e legislação**. São Paulo: LTr, 2006.

FONSECA, Rodrigo Dias da. **Danos morais e materiais na Justiça do Trabalho: prazo prescricional**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1291, 13 jan. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9367>>. Acesso em: 06 fev. 2007.

_____. **Danos morais e materiais e acidente de trabalho Competência da justiça do trabalho à luz da Emenda Constitucional nº 45/2004**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1291, 13 jan. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9366>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. V. III. Responsabilidade Civil. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

JUNKES, Maria Bernadete; SANTOS, Maria Lindomar dos. **Trabalhos acadêmicos: A facilidade de desenvolvê-los**. Rolim de Moura/RO: D'press Editora & Gráfica LTDA-ME, 2007.

LOPEZ, Teresa Ancona. **O dano estético**. 3ª ed. São Paulo: RT, 2002.

MACIEL, José Alberto Couto. **Prescrição do dano moral na Justiça do Trabalho**. Revista Justiça do Trabalho. Ano 21 – nº 243 – março de 2004. HS Editora LTDA.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros**. São Paulo: Atlas, 2003.

MELO, Raimundo Simão de. **Prescrição do dano moral no Direito do Trabalho: um novo enfoque**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 709, 14 jun. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6867>>. Acesso em: 23 jun. 2006.

MOLINA, André Araújo. **A prescrição das ações de responsabilidade civil na Justiça do Trabalho**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1378, 10 abr. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9698>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Processual civil para concursos públicos**. São Paulo: Método, 2006.

MORAES, Gardênia Borges. **Dano moral nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **O dano moral na relação de emprego**. 2ª. ed. São Paulo: LTr, 1999.

PANCOTTI, José Antônio. **A nova Competência da Justiça do Trabalho**. Disponível em: <http://www.amatra15.org.br_tsproducao_cientificanws_producaocientifica_exibicao.asp#>. Acesso em: 28 agost. 2006.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**. V. 1. Parte geral. 32ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANCHES, Gislene A. **Dano moral e suas implicações no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1997.

SARAIVA, Renato. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Método, 2005.

SILVA, Antônio Álvares da. **Pequeno tratado da nova competência trabalhista**. São Paulo: LTr, 2005.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 21^a ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2002.

SILVA, Nereida Veloso. **Dano estético**. São Paulo: LTr, 2004.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. V. 1. Parte geral. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ZENUM, Augusto. **Dano moral e sua reparação**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.